

Resumo:

O presente trabalho pretende avaliar as relações na prostituição, enquadrando as mesmas na problemática das rupturas conjugais e parentais. Estas rupturas aparecem sempre subjacentes a esta prática, no entanto, outro dos objectivos foi avaliar a existência de *chulos* \ proxenetas. Através de um questionário simples elaborado para o efeito foi possível avaliar diversas causas e alguns factores demográficos. A percentagem de mulheres que falaram na existência de um explorador foi muito baixa relativo ao expectável no entanto muitas delas não vêem o *chulo* como tal, mas sim como um companheiro, alguém que gosta delas e de quem elas gostam. Os resultados demonstraram que na realidade não existem muitas mulheres sujeitas a um chulo, mas relativamente aos factores de entrada na prostituição o principal é sem dúvida de cariz económico.

Palavras chave: Prostituição, *chulo* \ proxeneta, relações, rupturas.

Abstract:

The following work intends to evaluate the relationships in prostitution, fitting the same in the problematic of parental and conjugal breaks. These breaks always turn up underlying to this practice, however, other objective was to value a *pimp's* existence. Across a simple questionnaire elaborated to the effect it was possible to evaluate several causes and some demographics factors. The percent of women who mentioned the existent of a *pimp* were fewer that expectable, but many of them don't see the *pimp* as a *pimp* but as someone of who they like and that likes them. The results show that there are not many women subdue to a pimp, but the entrance factors to prostitution are, definitely, of economical reasons.

Keywords: Prostitution, *pimp's*, relationships, breaks.

Índice

Introdução Geral	3
Capítulo 1- Fundamentação e Legitimação	10
1.1.- Fundamentação	10
1.1.1.- Percurso histórico	11
1.1.2.- Regimes em Portugal	21
1.2.- Legitimação	32
1.2.1.-Processo socialização: norma e desvio	33
1.2.2.-Atracção interpessoal	35
1.2.3.-Relações de poder	36
1.2.4.-Comportamento inter e intragrupal	37
1.2.5.-Tipos de comportamento	38
1.2.5.-Outras relações	39
1.2.6.-Sexualidade	39
1.2.7.-Locais de prostituição em Lisboa	41
1.2.8.-Causas	46
1.2.9.-Diferentes formas de prostituição	52
1.2.10.-O proxeneta \ <i>chulo</i>	55
1.2.11.-O cliente	58
1.2.12.-Vivências	61
1.3.-Metodologia	67
1.4.-Resultados	72
1.4.1.-Análise dos resultados	73
1.4.2.-Discussão de resultados	76
Conclusão	79
Bibliografia	84
Anexos	I

Introdução Geral

A prostituição tende a ser definida como a troca consciente de favores sexuais por interesses não sentimentais ou afectivos e, apesar de comumente a prostituição consistir numa relação de troca entre sexo e dinheiro, esta não é uma regra podendo-se trocar relações sexuais por favorecimento profissional, por bens materiais, por informação, etc. De acordo com a *Enciclopédia Cattolica* (1956) a prostituição é uma actividade sexual praticada fora do matrimónio, sobretudo por mulheres e tendo unicamente como fim a obtenção de lucro, com quem quer que lhe faça uma proposta.

Segundo Oliveira (2004) a prostituição é apenas uma das formas de trabalho sexual, o desempenho de relações sexuais entre outras actividades com conotação sexual, com uma pessoa ou mais, por motivos não sexuais, geralmente económicos. Esta noção pode ainda ser mais abrangente se for chamada de trabalho erótico. Este é definido como uma actividade envolvendo duas ou mais pessoas, em que uma das partes desempenha a troca de uma retribuição com valor económico um comportamento com significado sexual ou erótico para a outra parte. Para Costa e Alves (2001), a prostituição tal como as suas possíveis definições têm variado ao longo das épocas, e assim a definição de *quem é quem* depende do sistema de distribuição dos poderes sociais existente num determinado grupo social, e como uma acção, é entendida como uma transgressão à norma podendo ser consensual noutros grupos. Ou seja, de acordo com este autor o substantivo prostituição é conceito mutável no espaço e no tempo, e designa um conjunto de práticas sociais complexas que permanecem em muito desconhecidas em toda a sua extensão. Isto porque não podemos afirmar que a prostituição é uma atitude marginal apenas porque transgride as normas aceites por determinado grupo social ou instituição, visto que assim aceitamos que a prostituta entende os componentes de um grupo como estranhos. Para além do mais a estabilização deste conceito é difícil devido também à caracterização destes “sujeitos” que não podemos ver como iguais entre si.

No entanto se esta problemática se resumisse somente a isto, o papel da Psicologia Forense e da Exclusão Social era desnecessário. A necessidade prende-se ao facto de haver múltiplos factores psicológicos inerentes à prostituição não só destas mulheres, como também dos clientes que as procuram e dos proxenetas \ *chulos* que as exploram. À Psicologia cabe

compreender os fenómenos subjacentes a esta prática, de forma a criar uma intervenção mais eficaz, *combatendo* assim situações de exclusão e outras problemáticas comuns neste meio, como a toxicodependência e outros comportamentos desviantes. Este fenómeno nem sempre é pensado de forma a abarcar a sua complexidade, não se explica ligando causas a consequências. Há que articular diversos factores (biológicos, psicológicos e sociológicos) e diferentes níveis de análise. Além da prostituta, proxeneta e cliente existem as relações entre os três e os significados que estes autores atribuem aos seus actos (Oliveira, 2004).

O interesse das Ciências Sociais pela prostituição foi diverso: os sociólogos começaram por olhá-la como uma sub-cultura desviante, os antropólogos realizaram estudos etnográficos com as prostitutas de rua e os psicólogos interessaram-se pelas suas personalidades (Stein, 1977). Porquê a abordagem de todas estas temáticas e qual a relevância das mesmas?

O percurso histórico torna-se relevante na medida em que a prostituição poderá ter diferentes conotações e aceitação social, dependendo da sociedade, cultura e circunstâncias em que se realiza. Por norma, é uma prática reprovada socialmente não só devido ao perigo de doenças sexualmente transmissíveis (DST's), mas também no efeito na estrutura sócio-familiar. O conceito da prostituição ao longo da história, desde a prostituta sagrada da Idade da Pedra até á trabalhadora sexual de hoje em dia (Oliveira, 2004); varia consideravelmente, quer ao nível do papel da mulher, do papel social da prostituta, da aceitação da mesma e das reacções sociais à prática. Segundo Martins (2004) a prostituição apareceu e aparece quase sempre associada a questões morais que em nada contribuem para a compreensão da problemática. O aparecimento da Sida redireccionou a questão para a saúde e o ressurgimento de estudos está associado à informação massiva acerca do HIV e, ao renovado interesse pelo assunto por parte de feministas, tratando a prostituição como um símbolo da condição de poder associada ao género (Oliveira e Manita, 2002). Se antigamente a prostituição era associado á promiscuidade e às doenças, hoje em dia a relação da mesma á violência, crime e insegurança perpetua mitos anteriores e cria novos (Martins, 2004).

Um ponto fulcral para a compreensão destas vivências marginais são as causas apontadas para a entrada neste meio, bem como a sua prevalência que também engloba um processo de socialização. É necessário analisar a problemática de acordo com as suas dimensões; segundo Da Agra (1993) é necessário ouvir o fenómeno. A causa principal é do foro económico

mas existem também factores ao longo da vida e do desenvolvimento destas mulheres que as moldam fazendo-as ceder mais facilmente a esta nova vida.

A análise da literatura enuncia mais dois vértices neste triângulo: o *chulo* \ proxeneta e o cliente.

O cliente é aquele, sem o qual a prostituição não existia. Este também apresenta uma heterogeneidade considerável podendo ir do cliente ocasional até ao que estabelece verdadeiras relações de amizade. É também este elemento que estabelece a variedade de serviços oferecidos, visto que a procura do “não usual” e de certas práticas de cariz sexual, têm-se vindo a modificar substancialmente, como consequência do acesso fácil que existe actualmente a imagens explícitas e à banalização do acto sexual, que verificamos nos *media*.

O *chulo* \ proxeneta não só por ser um dos “protagonistas” deste trabalho mas também pela sua importância na vida destas mulheres, assume um papel que também mudou ao longo da história, passando de protector a somente explorador e, muitas vezes, a agressor. Assume diferentes formas de relacionamento com a prostituta, podendo ser o marido, o namorado ou apenas uma relação exclusivamente económica sem qualquer vínculo afectivo, por vezes, pode mesmo ser o único suporte social da prostituta.

No entanto dentro das relações é pertinente mencionar diversos pontos, é necessário averiguar as bases da socialização e os seus agentes para melhor compreender estes registos tão diferentes do que se pode considerar normativo.

A atracção é um factor importante no desenvolvimento das relações, sendo também a base das rupturas das mesmas. É composta por diversos factores que a determinam, como positiva ou negativa. Depende antes de mais, da proximidade física, e de mecanismos mais gerais como a familiaridade (Zajong, 1968), e o motivo de afiliação (Murray, 1938; Shachter, 1959; Winter, 1996). Os factores anteriormente mencionados, que, em maior ou menor grau, são responsáveis por estas “preferências relacionais” são a beleza física, as semelhanças interpessoais e as avaliações ou apreciações positivas que se fazem do outro (Vala & Monteiro, 2002).

Não é possível estudar as relações interpessoais sem falar de *poder* e da forma como é exercido (ou não) pelos intervenientes nestas relações. Neste caso específico (a prostituição) verificamos que os três intervenientes do triângulo, o proxeneta, o cliente e a prostituta, exercem poder uns sobre os outros, embora de forma diferente e mantendo-se um deles sempre numa situação mais precária. A prostituta exerce poder sobre proxeneta e o cliente mas sempre em

razão inferior ao poder que estes exercem sobre ela. Não são de todo relações de igualdade, isto porque falamos também deste poder dentro e fora do grupo de pertença do indivíduo, da identidade social que influencia directamente o comportamento do mesmo (ex: situações de violência \ agressão).

No entanto, ainda dentro das relações, é importante salientar outras das relações destas mulheres, como por exemplo, a forma como se relacionam entre elas e com outros indivíduos com quem partilham o espaço (ex: comerciantes e moradores).

Toda a análise destes pontos favorecerá a compreensão do desenvolvimento, mantimento, e mesmo a procura deste tipo de relações.

Nesta sequência, torna-se relevante a questão da sexualidade de forma a construir uma ponte elucidativa relativamente aos tipos de prostituição, principalmente, abordando a questão da prostituição masculina e da homossexualidade, mas também a forma com a sexualidade é vista aos olhos dos intervenientes desta prática. Será o género à partida um conjunto de diferenças inatas, ou pelo contrário, um papel aprendido socialmente e sujeito a normas de conduta sexual?

Para Goldstein (1979) a prostituição não deve ser explicada apenas como um factor, visto que a ideia que os homens têm necessidades sexuais mais fortes e constantes, não é correcta, visto que muitas mulheres desenvolvem a sexualidade de forma mais intensa que os homens. Afirmo igualmente que a prostituição contribui para a perpetuação da tendência dos homens para tratar as mulheres como objectos sexuais, firmando um contexto de desigualdades de poder.

Falando em termos mais práticos é importante referir as zonas de Lisboa em que se verifica maior índice de prostituição, bem como as fronteiras invisíveis destes espaços, e da forma como se agrupam e distinguem. Há diversas zonas onde facilmente se observa esta prática, no entanto as regras destes sítios fazem o vulgo transeunte, cego face as mesmas, pensar que a desorganização reina ao contrário do que na realidade se verifica. As fronteiras são definidas pelas características comuns das mulheres \ homens que por elas circulam e pelas regras que os mesmos impõem.

Em muitas zonas verifica-se uma continuidade temporal na prevalência desta actividade, como por exemplo, na zona da Baixa, desde sempre conhecida por esta particularidade e não era muito diferente a um ou dois séculos atrás.

Dentro da mesma linha de pensamento é de realçar os tipos de prostituição existentes na cidade. Embora a prostituição de rua, nomeadamente a feminina, seja a mais visível e também é dentro desta que se encontra a amostra estudada, existem muitas mais formas de prostituição tanto *indoor*, ou seja, dentro de estabelecimentos, casas entre outros, estas mais relacionadas com o poder económico do cliente; como *outdoor*, a prostituição de rua, aumentando à medida que há procura, cujos pedidos tomam cada vez mais forma diversificadas obrigando a uma adaptação da oferta.

Neste sentido, é importante falar da questão da multiculturalidade, visto que, existe uma forte incidência de prostitutas estrangeiras a trabalhar em Portugal. Aquilo que caracteriza uma sociedade multicultural é a existência de uma série de culturas diferentes na mesma sociedade. É igualmente importante distinguir a palavra “cultura”. Uma coisa é a cultura no sentido antropológico (tudo é cultura), outra no sentido de cultura política, outra diferente na acepção de modelo de comportamento, outra ainda como sinónimo de etnicidade. A primeira é a da existência de diversas nações históricas, com uma língua própria e uma história distinta, na mesma comunidade política. Neste sentido, por exemplo, Portugal não é uma sociedade multicultural, enquanto a Espanha, por exemplo, é. Uma segunda acepção é a da existência de diversas comunidades étnicas geradas pela imigração voluntária ou forçada. Uma comunidade étnica seria marcada pela diferença em termos de língua e/ou religião e/ou usos e costumes. Uma terceira acepção de sociedade multicultural é aquela que expande o conceito de cultura até fazê-lo coincidir com minorias nacionais, imigrantes, sexuais, e outras, mais pertinente para o assunto deste trabalho (Rosas, 2007).

Young (1997), estabelece uma isomorfia entre as diferentes minorias na sociedade americana - índios, afro-americanos, judeus, hispânicos, homossexuais - e mesmo um grupo que de todo não pode ser considerado uma minoria: o das mulheres. O operador conceptual que permite a Young retirar o seu *objecto* multicultural de uma panóplia de coisas tão diversas é o de «opressão». Os diferentes grupos mencionados são vistos como vítimas históricas de opressão por parte da sociedade maioritária. Essa opressão é exercida sob diversas formas: exploração

económica, marginalização, redução à impotência, imperialismo cultural e violência. Ainda que a violência, aberta ou latente, tenha sido recorrentemente usada contra estes grupos, a opressão (principalmente social) de que eles foram, e são alvo, exerce-se quase sempre de um modo subreptício: ao nível dos símbolos e hábitos que levam a uma interiorização negativa da sua identidade. Para Young (1997), a sociedade multicultural será aquela que reconhece a existência destes diferentes grupos e que aceita as suas diferenças e as suas vozes distintas. Assim, a multiculturalidade estende-se àquilo a que se costuma chamar os «movimentos sociais», feministas, gays e lésbicos, movimentos de libertação dos negros, dos índios, etc. A sociedade multicultural é uma «sociedade arco íris». (Rosas, 2007).

As relações que se pretendem estudar baseiam-se em pressupostos diferentes dos que conhecemos, sendo que para nós, os indivíduos “normais”, são completamente disfuncionais, pelo menos no que diz respeito às relações mais íntimas. Esta disfuncionalidade é para os intervenientes normal, visto que, os seus registos também são igualmente disfuncionais.

A violência e estigma a que estão sujeitas, não só pela sociedade em geral, mas também, pelos que estão mais próximos levam a que adoptem estratégias de *coping* baseadas numa passividade, que cada vez mais as empurram para um caminho sem retorno, fazendo-as pensar que são merecedoras de tal logótipo. São diversas as problemáticas associadas a estas vivências, como por exemplo, o início de consumo de substâncias como forma de alienação.

Ao longo deste trabalho verifica-se, não só pela prevalência, que a pobreza tem um rosto marcadamente feminino: o desemprego afecta primeiramente mulheres, são as mulheres as mais atingidas pelo trabalho precário, tem por norma vários dependentes sendo que a imigração e as propostas existentes neste mercado tornam-se aliciantes e o fechamento das fronteiras, como medida preventiva, propícia a clandestinidade (Fontinha, 2003). A exclusão social é um fenómeno social de desvio da normalidade, que apresenta dois grandes problemas: a durabilidade e a manifestação. A preocupação com este fenómeno surge, efectivamente, no séc. XX, sendo que, inicialmente, a intervenção era maioritariamente assistencialista e só depois se tornou uma intervenção social. A exclusão passa pela situação profissional e psicoafectiva do indivíduo podendo colmatar em depressão e adição. Sendo assim é importante referir que a situação de exclusão tem um forte impacto na aquisição de competências sociais podendo passar este défice de geração em geração. O papel da Psicologia Forense e da Exclusão Social aqui torna-se

fundamental para fazer a alteração e melhoramento dessas competências, e assim interromper o que poderia ser um factor longitudinal na família. Verificamos que as histórias de vida destas mulheres têm sempre presente disfuncionalidades no seio familiar, consequentemente estes registos disfuncionais tornam-se a normalidade e levam a que se tomem percursos desviantes que normalmente, se a intervenção não for feita, passam para os filhos (as) destas mulheres. A intervenção deve ser feita numa equipa multidisciplinar que intervenha em diferentes áreas ao mesmo tempo, isto porque o maior problema verificado nas famílias é de gestão; gestão de orçamento, tempo, relações e afectos, (Figueira, 2008).

Os traficantes também tiram proveito do enfraquecimento dos valores sociais e culturais e da desintegração das estruturas familiares.

É sem dúvida um tema actual e que ainda existe muito por compreender. A exclusão e marginalidade em que vivem estas mulheres, principalmente em Portugal, onde a prática da prostituição está descriminalizada. É sem dúvida a “profissão mais antiga do mundo” mas no entanto o estigma permanece associado, dificultando a intervenção e reintegração.

O objectivo deste trabalho é, não só compreender as dinâmicas e vertentes inerentes á prostituição, mas principalmente avaliar e desvendar as relações entre estas mulheres e os seus parceiros, os proxenetas \ *chulos*. Serão abordados vários aspectos destas vivências de forma a ter uma noção ampla desta realidade para se proceder a uma avaliação, bem como, a forma como estas mulheres percebem a relação que têm com o *chulo* / proxeneta, é necessário avaliar o máximo de factores pertinentes e com relevância para a entrada e manutenção nesta prática.

Tomaram-se em conta os factores pertinentes como o percurso histórico desta prática, mas também a teoria inerente a relações, poder, socialização, sexualidade, e cada vez mais relevante para o tema, as zonas, as protagonistas, os porquês e causas, a prevalência, os tipos de prostituição, o proxeneta \ *chulo* e o cliente, e as vivências.

FUNDAMENTAÇÃO

- Fundamentação

Na pré-história a mulher ocupava um lugar de destaque, não só ao nível religioso como também ao nível social, sendo portanto sociedades matriarcais.

Devido ao poder associado à sua posição estas inevitavelmente controlavam a sua sexualidade sendo autónomas e desinibidas na sua expressão sexual. Segundo estudos de Sjöö e Mor (1981) a cultura, religião e a sexualidade encontravam-se estreitamente ligadas, o sexo era sagrado e as sacerdotisas organizavam rituais sexuais onde toda a comunidade participava. Nas primeiras civilizações descritas verificou-se a introdução do patriarcado e de instituições, como o casamento, como forma de controlo sexual da mulher enfatizando igualmente a paternidade e o sentido de propriedade sobre a mulher.

Nesta altura verifica-se pela primeira vez a prostituição sagrada (embora esta já estivesse presente na Idade da Pedra) e a primeira tentativa de derrubar esta prática. Ao longo do tempo as pessoas que ainda prestavam cultos sexuais à Deusa e as sacerdotisas, foram lentamente sendo desvalorizadas começando assim a história da prostituição com estas mulheres simultaneamente sagradas e prostitutas.

Na Babilónia verificou-se o escalonamento hierárquico das prostitutas sacerdotisas. As *Entu* e *Naditu* (o estatuto mais elevado); as *Qadishtu* e *Ishatarit* (instrução em canto, musica e dança) e as *Harimtu* (mulheres escravas dos templos, foram as primeiras a trabalhar na rua de forma independente sendo que os rendimentos obtidos eram oferendas à Deusa).

À medida que os governantes consolidavam poder estas foram gradualmente expulsas, formando grupos de prostitutas artistas. Começa, a aumentar socialmente o fosso entre as mulheres esposas e as mulheres sexualmente autónomas, as prostitutas, instituindo-se leis diferenciando ambas quer ao nível do vestuário quer ao nível da segregação do resto da população. Contudo, os homens não se encontravam limitados somente à esposa sendo que mantinham concubinas e amantes recorrendo igualmente a prostitutas.

É com os profetas do Velho Testamento que se inicia a perseguição visando a erradicação desta prática e do poder das prostitutas, assim como o desenvolvimento do conceito de moral sexual, do facto de cada mulher dever ser designada como propriedade de um homem e com a designação da autonomia sexual feminina com o pecado original (Roberts, 1992). A difusão da doutrina cristã conduziu desde logo à denegação da figura feminina. Este anti

feminismo tinha como figura central Eva, uma personagem secundária, visto que teria sido criada da costela de Adão, mas responsável única de todos os males, demonstrando as potenciais consequência de se ceder á “gulodice”.

Na Grécia Antiga, Solón regulamentou a prostituição, distinguindo o papel da prostituta na sociedade do da mulher legítima, e com a criação de estabelecimentos próprios à prática. Esta regulamentação obrigava as prostitutas atenienses a certas limitações, quer ao nível do vestuário, quer ao facto de disporem de um tribunal próprio. Apesar disto muitas exerciam de forma independente a profissão, nas ruas da cidade ou em reuniões e festas, sendo que estas últimas tinham a designação de *heteras* e eram consideradas prostitutas de elite, de grande beleza e inteligência, tendo sido instruídas em escolas próprias, denominadas de *gineceus*. Podemos mesmo compará-las às actuais prostitutas de luxo e *call girls*, contrariamente às *deikteriades* que trabalhavam em bordéis, são literalmente as primeiras, na história, vítimas de proxenetismo. Eram escravas e obrigadas a prostituírem-se vivendo em condições degradantes (Roberts, 1992).

As prostitutas contudo tinham uma função social implícita, a de preservação da vida doméstica, sendo estas educadas para o prazer e as mulheres legítimas para serem boas esposas e criarem os filhos.

Em Roma a prostituição era, inicialmente, um fenómeno diminuto que começou a ser mais visível aquando da expansão do Império, dando origem ao corrompimento dos bons costumes formalizando através de Pompeu, as sacerdotisas de Vénus como prostitutas. Segundo Roberts (1992) as prostitutas de classe baixa dividiam-se de acordo com as suas especialidades sendo as *dorides* as que se expunham despidas nas portas; as *lupae* que uivavam de forma a angariar clientes; as *aelicariae* que vendiam bolos em forma de órgãos sexuais (para sacrificar a Vénus); as *bustuariae* que se prostituíam em cemitérios; as *scorta erratica* ou prostitutas de rua; as *blitidae* que trabalhavam em tabernas; as *copae* que alternavam entre empregadas de servir e prostitutas; as *gallinae* que combinavam a prostituição com o roubo; as *forariae* eram camponesas que angariavam clientes nas estradas rurais; as *diobolares* cujo nome advêm do facto de cobrarem 2 óbolos pelos seus serviços, e por fim, as *quadrantariae* cujo custo dos serviços eram tão baixos, o que os torna inquantificáveis actualmente. Existiam ainda mais dois grupos. Um que as mulheres complementavam o seu orçamento sendo também dançarinas profissionais, podendo atingir o estatuto de *delicate* e *famosae*, que eram o equivalente as prostitutas de elite, o

outro grupo era chamado “acompanhantes de campo” que eram escravas e serviam os soldados nos acampamentos de guerra.

A prostituição começava assim a tornar-se um factor socialmente aceite.

Também aqui, ao contrário do que acontecia na Grécia, as mulheres tinham um estatuto mais independente, mas quando o Imperador Augustus (63 a.C. - 14 d.C.) introduziu normas e leis de escravidão que regulamentavam a união, as mulheres viram-se forçadas a casar, excepto se voluntariamente se registassem como prostitutas, aumentando significativamente o número destas. Aqui, introduz-se, pela primeira vez, o registo profissional de prostitutas. As prostitutas de classe baixa eram obrigadas a tal registo (não passível de cancelamento), estabelecendo-se um preço e uma licença, as de classe alta estavam isentas desta legislação. Outras limitações impostas passavam pela proibição de testemunhar da livre administração dos bens, da tutela dos filhos e a prescrição de uma indumentária própria.

O aumento verificado desta prática fez com que o Imperador Alexandre Severo (222-235) tentasse reprimir a expansão da mesma, mas foi com o Imperador Justiniano (483-565) que se publicou a primeira lei proibicionista, nitidamente dirigida aos proxenetas, traficantes e todos os fomentassem a prática, aplicando-se penas de trabalhos forçados e em caso de reincidência a pena de morte. Foram encerradas as casas de prostituição, o que levou Teodora, a esposa deste imperador, a acolher as prostitutas em instituições de readaptação social, um acto pioneiro na época.

A partir de 313 assiste-se a uma maior difusão do Cristianismo, fortalecendo uma nova classe: o clero. Esta nova doutrina desde logo renega a mulher constituindo actividades exclusivamente masculinas e praticando discursos duais (certo e errado; pecadores e convertidos). O sexo, segundo esta religião, era somente aceite entre casais, sendo o único objectivo a procriação, os pecados sexuais eram malignos e proibidos em igual medida do homicídio, devendo portanto renunciar-se a qualquer prazer. Mas, se por um lado condenavam veemente a prostituição, por outro, mantinha-se, justificada e tolerada de forma a preservar o ideal de “mulher pura e casta”, protegendo-a da libido masculina, tornando assim a prostituição como um mal necessário que evitaria “explosões carnavais” (Pilosu, 1995). Às prostitutas cabia o sexo por prazer, enquanto que as esposas legítimas tinham a seu cargo o sexo como função reprodutora (Oliveira, 2004)

Decretos específicos protegiam o núcleo familiar prevendo severas penas para as prostitutas e para as donas dos bordéis, desde a expulsão de zonas urbanas à restrição em bairros próprios. Estas mulheres eram ainda associadas a determinadas condições sociais, raciais, religiosas e sanitárias (ex: pobreza, hebreus e leprosos) que as delimitavam, colocavam e mantinham à margem da sociedade.

A Idade Média foi marcada por uma série de tentativas de supressão da prostituição estando as prostitutas numa posição ambígua, tal como a posição verificada no clero. A posição antagónica deste passava pelo facto de condenar a prostituição mas lucrar igualmente com ela, neste sentido as tentativas de erradicação da prática eram sempre meias medidas que oprimiam ainda mais estas mulheres.

Nos séculos XII e XIII nasceu um forte empenho em incentivar ao arrependimento e converter estas “almas perdidas” como forma de eliminar a prática da prostituição. Procuravam inserir estas mulheres na sociedade por meio de trabalho honesto, casamento ou à reclusão em comunidades específicas, como por exemplo na Ordem das Penitentes (comunidade especial de reclusão).

No decorrer do século XII, juristas franceses criaram a primeira legislação de controlo das prostitutas articulando a burguesia com o clero, despoletando ainda mais a marginalização e vitimação destas mulheres (uma das estratégias passava pela privação dos seus direitos básicos, tais como a possibilidade de testemunharem em tribunal ou de acusarem quem cometesse crimes contra elas). Uma das acções tomadas era mesmo privá-las de direitos básicos, como acusarem quem cometesse crimes contra elas, como ainda actualmente se verifica, o mito de que é impossível uma prostituta ser violada.

O clero apresentava, como ainda actualmente apresenta, uma dualidade de comportamentos. Se por um lado criticavam a prostituição e a sexualidade, por outro lado, os seus membros pareciam incapazes de controlar os seus impulsos sexuais recorrendo frequentemente às prostitutas. Uma das razões pelas quais a Igreja Católica não demonstraria grande interesse em acabar com a prostituição é de cariz económico, isto porque a Igreja era proprietária de variados bordéis e casas de prostituição obtendo lucros consideráveis com estes (Roberts, 1992).

No final do século XIII, início do século XIV as sociedades começam a ter uma sucessão de transformações (crises económicas, epidemias, catástrofes naturais) levando muitos a

recorrerem a bordéis como forma de escapatória e alienação da degradação social. Consequentemente, houve uma redução substancial do número de bordéis confinando os mesmos a uma só rua (do tipo *red-light district*) que era controlada de forma punitiva, passando posteriormente para a represália por coimas.

Entre o século XIV e o século XV verifica-se actos de rebeldia de muitas das prostitutas devido à opressão a que as sujeitavam, alegando que a prostituição era a sua única forma de sobrevivência.

Em Itália, durante o século XIV, o período do Renascimento foi marcado pelo regresso às culturas clássicas (grega e romana), sendo que a prostituição adquiriu um certo estatuto e, as mulheres que a praticavam viam-se protegidas por leis e reconhecidas como profissionais (excepto pelos moralistas) renascendo assim a prostituição de elite. Sem a componente religiosa ligada à profissão, surgiu a problemática da violência masculina por parte dos clientes (Roberts, 1992).

No século XVI e como consequência da reforma religiosa recomeça, com os protestantes, a ética sexual assente na recusa do prazer. Nesta altura Lutero (1517) pregou continuamente contra a prática da prostituição por esta ser uma fonte de corrupção para os homens. Esta nova moralidade espalha-se por toda a Europa disseminando castigos bárbaros. A funcionalidade da prostituição que se verificou durante toda a Idade Média era agora alvo de uma feroz erradicação por parte da Igreja que anteriormente, de forma discreta, a incentivava. Este período de puritanismo extremo visava a castidade, o pudor e a mudança dos costumes.

No século XVII e no decorrer do século XIX, com a Revolução Industrial dá-se um agravamento dos problemas sociais. A grande maioria dos operários eram explorados, praticamente escravizados, trabalhando longas horas por um salário miserável, levando muitos a recorrer à prostituição como forma de subsistência. O capitalismo exponencial substitui a moralidade pela economia, pelo dinheiro, a crise que se verificava levava a “mais respeitável” das mulheres a prostituir-se verificando-se uma linha ténue entre a moralidade e a imoralidade. É a partir do século XVII que o sexo passa para o domínio conjugal, sendo encoberto tudo o que se passa fora deste, a prostituição como sexualidade ilegítima devera ser inscrita como lucro e assim tolerada (Foucault, 1985).

Na Europa do século XVIII verifica-se uma época de libertinagem havendo um aumento de perversões sexuais e curiosidade acerca do fenómeno. Cedem-se filhas a burgueses de forma a

colmatar a suas fantasias de desfloramento. O recurso à prostituição e à violação de menores torna-se a predilecção da classe burguesa, numa época em que o dinheiro era mais importante do que uma vida humana. Dentro das primeiras explicações sociológicas para o fenómeno criminal podemos mencionar a Escola Socialista, para a qual a estrutura sócio-económica capitalista era determinante na emergência do crime (considerando a prostituição como crime). O crime seria uma expressão da luta das classes e as desigualdades sociais e económicas (proletariado vs burguesia) estariam na base deste fenómeno (Marx e Engels, sec. XIX)

O alastramento europeu da industrialização leva consigo o consequente aumento da prostituição, devido á precariedade das condições das classes mais baixas, a expansão de bares e bordéis (Roberts, 1992). Mesmo assim, a atitude burguesa face á prostituição não correspondia a uma nova liberdade sexual, mais uma vez estas mulheres continuavam a ser vistas como um mal necessário, estigmatizadas e marginalizadas. Durante século XIX e também no início do século XX, as mulheres são vistas unicamente ou como prostitutas ou como santas, voltando a figura da prostituta a ser associada á degradação e sujidade (Roberts, 1992). Para muitas era uma forma de melhorar a condição económica, visto que o trabalho fabril não garantia perspectivas, para outras mais qualificadas, era um meio de atingirem alguma prosperidade.

Inicialmente a medicina, depois seguida por outras Ciências como a Psicologia, Antropologia e a Sociologia, fez da prostituição um objecto de estudo tendo como objectivo encontrar traços distintos, causas e mais tarde significados para esta prática.

Inicialmente, no século XIX a preocupação primordial era a propagação da sífilis. Neste sentido Cruz (1841), ao serviço do Reino, procurou diferenças fisiológicas, comportamentais e sociais que distinguissem as prostitutas das restantes mulheres. Estes traços permitiriam perceber as causas do seu comportamento, apontou como causas gerais uma vida sexualmente desordenada, sedução, cobiça de luxo, vaidade e preguiça, e como causas específicas miséria, pobreza, abandono familiar, mau exemplo, inclinação natural e falta de vergonha. É também nesta altura que nasce o Positivismo tendo como principal precursor Auguste Comte. Teve impulso, em parte, graças ao desenvolvimento dos problemas económico-sociais, que dominaram o século XIX. Sendo grandemente valorizada a actividade económica e a produção de bens materiais, procurou-se uma base filosófica positiva, naturalista, materialista, para as ideologias económico-sociais, enfatizando o facto de se poder obter um conhecimento objectivo através da observação cuidada, da comparação e da experimentação. É na sequência da teoria da

degenerescência de Morel (1874), que legitimou a introdução da Psicologia no foro penal, englobando o patológico e colocando de lado a “monomania homicida” até então prevalente, que Lombroso (1895) realizou os seus estudos morfológicos e antropométricos para melhor perceber o “homem criminoso”. Nestes estudos Lombroso identifica um conjunto de estigmas biológicos / morfológicos que caracterizariam o criminoso e mostrariam o “ser atávico” remanescente da “besta primitiva”. O homem criminoso dividir-se-ia em 5 tipos (criminoso nato, louco ou alienado, de hábito ou profissional, de ocasião ou primário e de paixão), sendo que a mulher criminosa pertencia apenas ao grupo das “prostitutas” mesmo que o seu “crime” não fosse a prostituição. Esta falha relativa ao género contribuiu para a continuação do estigma a que estavam sujeitas as mulheres e as mulheres prostitutas.

Posteriormente, em 1864, D’Azevedo designava a prostituição como no mais deplorável e vergonhoso estado na sociedade tendo como causa primordial, a falta de conhecimentos morais e de boas práticas. Segundo este autor a ostentação dos “grandes senhores” (burguesia) levava as mulheres a cobiçarem a mesma riqueza e sem outro modo de a obter optavam pela prostituição. Esta prática seria passível de ser evitada através de um investimento na educação, instrução, trabalho, boas práticas morais e religiosas levando aos bons costumes.

Fonseca (1902) enumera como causas da existência da prostituição factores do meio, tais como, a miséria, falta de trabalho, alusão ao proxenetismo, e a perversão moral (falhas na educação, nascimentos ilegítimo, entre outros). Este também traçou uma fisiologia distinta destas mulheres referindo aspectos como a perda de voz, infecundidade, doenças venéreas e fluxo menstrual irregular.

Até aqui verificamos que as causas apontadas são maioritariamente individuais, embora na sua origem estejam as questões sociais

Lombroso (1876) desenvolveu estudos de antropometria criminal em que o comportamento humano resultava de um determinismo absoluto, originando as abordagens biológicas. Tal como fez com os criminosos condenados, procurou distinguir a mulher prostituta da mulher *normal*. A degenerescência da mulher era a prostituição e não o crime, como nos homens, ou seja, o homem criminoso era designado como tal, mas a mulher criminosa era designada como prostituta (independente do crime que cometera). Eram, portanto, mulheres primitivas mais próximas do género masculino do que do feminino. Em 1895, juntamente com Ferrero, caracteriza a mulher prostituta através de características físicas e psicológicas vincando

assim ainda mais o papel da hereditariedade mórbida que originava a prostituta nata. Esta é caracterizada pela loucura moral, falta de pudor e atavismo. No entanto para Lombroso (1876) existiam também as prostitutas de ocasião caracterizadas pela ausência de taras degenerativas, teriam menos anomalias físicas e mantinham os sentimentos maternos perdidos pelas prostitutas natas. Estas desenvolviam a falta de pudor (ao invés de não a possuírem) devido à miséria, maus exemplos ou violação.

Em Portugal, Moniz (1906) vê a prostituição como um facto monstruoso, incompreensível e degradante. No entanto é o primeiro a referir-se as prostitutas como profissionais, visto que estas, não tendo consciência da anomalia do seu estado, encaram a sua posição e maneira de viver como uma profissão muito natural. Referiu como causas: a falta de educação, o mau exemplo, a preguiça, a fome, a falta de trabalho, a necessidade de luxo e o prazer venal e constante, defendendo igualmente a teoria lombrosiana da prostituta nata. Distingue dois tipos de prostitutas: as de fraca inteligência, podendo estas ser obtusas (insensíveis à dor, indiferença ao meio, grande estatura e robustez, pele pálida, gordura, lentificação motora, sonolentas e com falta de desejo, incapacidade de distinguir o bem e o mal, e permanência na prostituição por inércia) ou as descuidadas (inteligência débil ou rudimentar propensão para o riso e não providentes e inconstantes no humor); e as possuidoras de anormalidade física, podendo ser histéricas (sem noção de moral, sexualidade precoce e a prostituição era resultante da necessidade de afecto) ou impúdicas (equivalente à loucura moral de Lombroso).

Guimarães (1928) continuou centrado nos factores biológicos e sociais, associando igualmente, como Lombroso, a prostituição com a criminalidade. Para este autor as causas da prostituição podem ser ou derivadas das condições socialmente desiguais e económicas, ou derivadas da degenerescência. Efectua um estudo, com base nos arquivos antropométricos da polícia, e encontra uma forte associação entre a prostituição e o roubo.

Durante o século XIX assistimos a um forte interesse científico pela prostituição, tentaram encontrar causas e alguns propuseram acções que podiam prevenir esta prática. No entanto todos os estudos permaneceram com um cariz individual e biológico, apenas com leves alusões sociais, que todos consideram como sendo secundárias.

Foi no século XX, que outras Ciências (como a Psicologia), para além da medicina, começam a desenvolver um interesse por esta problemática. Continuando focados no indivíduo

procuraram causas sociais e psicológicas que poderiam explicar o comportamento e não propriamente compreendê-lo (Oliveira, 2004).

A Psicologia inicialmente não mais era do que uma vertente da filosofia. No século XIX no entanto dá-se uma viragem com Wundt (1832-1920) que faz a Psicologia ascender ao estatuto de ciência independente conferindo-lhe como objecto o estudo da mente e como método a introspecção controlada.

A partir daqui a história da Psicologia como ciência é descrita por paradigmas, correntes teóricas que apresentam diferentes concepções e consequentemente objectivos, métodos e práticas igualmente distintas. O constante desenvolvimento desta nova ciência contribuiu com variedade e diversidade nas teorias que desenvolvem uma ciência que tem como objectivo o ser humano com toda a complexidade inerente ao mesmo. Verificamos principalmente a constante mutação de conceitos e estratificação de prioridades face às mutações sociais, havendo cada vez mais a necessidade de compreender o Homem como um ser único e complexo. Desta complexidade a Psicologia retirou igualmente a premência da multidisciplinaridade como uma mais valia.

É nesta época, com o interesse e com o nascimento de novas ciências, que os estudos se começam a direccionar para o Ser humano como indivíduo ao invés de observar apenas os comportamento deste.

Na transição do século XIX para o XX verificava-se uma grande agitação face ao *mal social* que era a prostituição. Embora os estereótipos criados pelos puritanistas estivessem muito enraizados, o activismo dos mesmos era no entanto difícil de manter. Outros eventos sociais colocaram esta problemática como um assunto secundário, e devido à guerra, o próprio panorama moral modificou-se, a partir de 1918, face as atrocidades vividas.

Nos “*Loucos Anos 20*” verifica-se uma forte adesão á experimentação sexual por parte dos mais abastados, as teorias freudianas são muito populares, legitimando a existência duma sexualidade feminina, no entanto o estigma relativo á prostituição permanece.

Os avanços na mecanização da agricultura provocam um novo êxodo para as cidades dando novas oportunidades de trabalho para as mulheres. Com o início de Estado de Providência no Ocidente, as mulheres deixam de estar aprisionadas à vida doméstica, embora os trabalhos que encontrem continuem mal pagos e com más condições, sendo estas as mesmas razões de sempre que levam as mulheres á prostituição.

A Depressão dos anos 30 “empurrou” muitas mulheres para o mundo do comércio do sexo. Durante a I Guerra Mundial o poder militar delegou às autoridades o poder para lidar com esta problemática, como melhor entendessem: regularam-se bordéis, foram criadas polícias civis de puristas sociais, encerraram-se bordéis em alguns países levando a uma total repressão, fomentando a prostituição ilegal e desenvolvendo o sub mundo do crime.

Entre a I e a II Guerra Mundial constata-se significativas inovações no que concerne a contornar a ilegalidade no mundo da prostituição. As mulheres começaram a prostituir-se em carros (próprios ou táxis), em bares fora das cidades, lojas de fachada dentro da cidade, estúdios de dança privados, casas de massagens, surgindo também as primeiras agências de acompanhantes e *call girls*. Tudo isto se tornava possível mediante também subornos à polícia e autoridades políticas (Roberts, 1992).

A Depressão provoca um fluxo migratório de prostitutas oriundas dos países de Leste e judias, tornando visível e cada vez mais presente a problemática do tráfico de pessoas e da exploração sexual. Existe assim um paralelismo com a actualidade em que a maioria das mulheres traficadas é-o por razões económicas, podendo a família receber dinheiro com a venda ou a própria mulher ser empurrada para uma situação de escravatura sexual para poder providenciar melhores condições à família.

Nesta época verificam-se novas aproximações à prostituição. Desde a proibição com penas, aos bordéis regulamentados, à perseguição social e política

A Revolução Sexual dos anos 60 desenvolve-se a partir duma altura de grande oferta de trabalho (e conseqüentemente menos prostituição), o desenvolvimento da pílula contraceptiva, a ideia de sexo como um produto (publicitado como tal) e a descoberta de independência sexual por parte da maioria das jovens. O estigma passa a estimular debates e críticas.

Após a guerra assiste-se ao despedimento em massa de muitas mulheres, querendo com isto, a sociedade, que elas retomassem à vida doméstica. Esta situação despoleta novamente alterações face à prostituição, como a abolição dos bordéis regulamentados, a criminalização da abordagem por parte dos clientes, a proibição da publicitação dos serviços, os que mantiveram a prática legal acabaram por criminalizar tudo o que a rodeava, instituição de *redlight districts* (zonas, bairros, ruas específicas para a prática da prostituição) havendo igualmente países focados em reabilitar estas mulheres.

Em Portugal relativamente ao fenómeno da prostituição encontramos referências aos três regimes, vigentes na Europa, a partir do século XVIII. Existem no entanto quatro períodos distintos ao nível da história legislativa e jurídica, desde a independência até 1982, sendo que três dos quais correspondem ao regimes referidos anteriormente.

O primeiro desses períodos inicia-se na Independência e prolonga-se até 1858. D. Afonso Henriques manteve o regime de açoites até então aplicado a quem se dedicava à prostituição, sendo que em 1170 surge a primeira legislação relativa á prostituição tendo como medida repressora penas de prisão, entre outras. Mais tarde D. Afonso III proíbe os nobres de se fazerem acompanhar por prostitutas aquando das suas idas á corte.

Durante a época dos Descobrimentos verificou-se uma crescente libertinagem que levou os reis da época a decretarem diversas medidas de segregação acompanhadas de severas penas, tanto as prostitutas como a quem as acompanhava, como forma de abrandar ou mesmo travar este fenómeno.

A primeira lei que segrega as prostitutas a bairros próprios e insígnias distintivas surge durante o reinado de D. Afonso IV. D. Manuel por seu lado intensifica a perseguição. A lei de 8 de Julho de 1521 decreta que as prostitutas sujeitam-se a ser presas e exiladas durante pelo menos 4 meses, e as alcoviteiras a açoites públicos e igual proscricção. Por outro lado D. João III decretou que as prostitutas não deveriam ser presas mas no entanto limitou as ruas de Lisboa em que poderiam habitar, e no caso de violação das normas seriam expulsas. Durante o reinado de Filipe III a segregação acentuou-se. Para além de estarem confinadas a determinadas ruas teriam igualmente de usar certas roupas e adornos e não lhes era permitido andar em transportes. Em 1632 é publicada uma lei a proibir as casas onde as mulheres “vendiam o corpo” (Ramalho e Santos, 2005).

No entanto é de salientar que apesar destas leis e proibições havia muita tolerância quer por parte da sociedade quer por parte das autoridades, reforçando a ideia de que o principal objectivo era a distinguir, para além de qualquer dúvida, as mulheres honradas e as de vida pública.

A 28 de Janeiro de 1643 é decretada por D. João IV uma lei em que surgem novamente as penas severas. Só em 1760, no período pré-regulamentarista, é que voltam a surgir leis significativas nesta temática.

O Alvará de 25 de Junho cria a Intendência Geral da Policia do Reino e da Corte a quem passa a competir a fiscalização da prostituição. Sob a direcção de Pina Manique (1780) surgem editais proibindo as prostitutas de permanecerem em determinados locais ou caso contrario seriam enviadas para casa de correcção. Determina igualmente, em 1781, que as prostitutas seriam sujeitas a um registo e inspecção médica e no caso de estarem doentes deveriam ser presas e tratadas, podendo ser expulsas caso fizessem “escândalo”. A implementação destas medidas visava maioritariamente a saúde pública, nomeadamente a propagação da sífilis que na época assolava o país (Costa e Alves, 2001).

O regime Regulamentarista, decorre entre 1853 e 1952, no final do século XIX, início século XX, verifica-se uma discursividade aos níveis político, moral e publico que visa o controlo administrativo da prostituição dando origem ao regime. Numa sociedade em constante crescimento, as novas visões ao nível da produção e da organização urbana são acompanhadas pela abertura do público a novos prazeres e entretenimentos. Consequentemente a prostituição reclamou para si as ruas direccionando a atenção do governo para esta prática.

Nesta época assiste-se a uma maior liberalização da condição feminina, e como tal, iniciou-se um novo confronto de forma a deslocar a prostituta da vida pública, de forma a não se confundirem com mulheres “honestas”. A prostituta assume um papel de poder e simultaneamente de exclusão, a única forma de tolerância.

A prostituição é a consequência do conflito entre a maturidade do homem (intelectual, económica e sexual) e o despoletar dos impulsos sexuais, justificando assim a existência de prostitutas ao mesmo tempo que a sociedade impõe relações monogâmicas. A extinção da prostituição despoletaria a igual extinção da instituição do casamento (Simmel, 2004).

Parent-Duchalet (1836) refere que as mulheres prostitutas tinham uma inclinação natural para a “libertinagem” e para a “ociosidade” conduzindo-as a este tipo de vida. Embora, neste estudo reconheça que as condições precárias determinavam em muito a entrada para a prostituição, também realça factores hereditários.

A formulação dos princípios e especificidades do Regulamentarismo é feita em 1841, por Inácio do Santos Cruz, apoiado nos estudos de Parent-Duchalet (1836). O sexo foi transformado num assunto de estado, em 1858, surge em Lisboa o primeiro Regulamento Policial das Meretrizes e Casas Toleradas, sendo substituído pelo de Braamcamp (1865) por acréscimo uma série de medidas e multas, estendendo-se a todo o distrito.

Em 1902, em Portugal já tinha 14 regulamentos. Estes eram elaborados como sendo de abrangência local mas tenderam para a aplicação a nível distrital. Estes regulamentos eram semelhantes mas não iguais na medida em que o objectivo era regular a actividade das prostitutas, sendo a motivação a salvaguarda dos bons costumes e a saúde pública. Foi implementado um sistema de vigilância e de fiscalização das prostitutas, articulando as instituições de saúde e a administração política.

A tolerância passava por inspecções sanitárias, registo obrigatório (matrícula), casas de regeneração, cumprimento dos regulamentos e conhecimento do meio de forma a ter uma intervenção mais eficaz. Dentro desta, a abertura de um hospital direccionado para o tratamento das infectadas (a prostituta era vista como o principal agente da propagação de vírus venéreos), e casas de correcção de comportamentos sexuais (através de trabalho, oração e castigos corporais). Em 1895 consagrou-se a obrigatoriedade da matrícula e o porte de um livrete onde constasse registo de inspecção, idade de admissão, possibilidade de eliminação do nome do registo, casos não sujeitos a inspecção, locais permitidos de prostituição, comportamentos e atitudes publicas proibidas, comunicação de mudança de residência e internamento obrigatório, existência de doenças venéreas e \ ou contagiosas, indicação das punições no caso de não cumprimento, e no caso dos empregadores a forma como deveriam gerir as casa de acordo com o sistema.

O perfil traçado por Inácio do Santos Cruz (1841) para a mulher prostituta diz-nos: que eram por norma provenientes da província, de classe baixa, sem instrução e apoio familiar, e embora dissesse que algumas provinham de meios mais abastados, complementa dizendo que estes casos eram raros. Traçou-se inevitavelmente uma associação entre prostitutas e as mulheres de classe trabalhadora.

As directrizes iam sendo modificadas consoante o conhecimento que se ia obtendo da prática

Cruz (1841) elaborou igualmente uma estratificação destas “mulheres perdidas”, sendo que: (1) as de elite que trabalhavam em casa e praticavam preços mais elevados sendo portanto menos visíveis; (2) as que viviam em condições inferiores as primeiras mas trabalham igualmente em casa e com preços mais inferiores; por ultimo (3) as que o autor designa como “classe mais miserável e desprezível” e a “peste da sociedade” cuja clientela era constituída por soldados , marujos, etc e trabalhavam nas ruas a preços muito baixos. Esta divisão passava em muito pela

visibilidade (em casas com clientes burgueses e portanto tolerável) ou não (na rua ao serviço da classe trabalhadora) que a sociedade tinha destas mulheres.

No início do século XX surgem novos contornos nesta descrição distribuindo as prostitutas pelo modo como exercem a profissão: (1) as que se encontram em casas sujeitas a um regente; (2) as que trabalham nas ruas e (3) as clandestinas, prostituindo-se às escondidas. Este sistema e as suas disposições mais uma vez em nada visavam a segurança e saúde das prostitutas, a preocupação pendia para a saúde pública, a saúde do cliente e a moral vigente.

Também nesta altura surgem o *proxeneta* e o *chulo*, contemplados no Decreto nº 39 688, de 3 de Junho de 1954, como passíveis de sanções, tal como as prostitutas e os regentes (actualmente designados por gerentes) das casas. O *proxeneta* abrange as “patroas” e “alcoviteiras”, as que geriam as casas de prostituição. No século XIX mantinham uma relação mais familiar com as prostitutas e faziam também recrutamento, que posteriormente adquiriu um cariz mais sofisticado, quase de *marketing*, visto que na viragem do século adoptaram uma faceta mais capitalista, deixando de lado qualquer tipo de relação mais afectiva, alterando padrões e costumes.

O *chulo* tem uma conotação mais relacionado com o explorador que vive às custas dos ganhos das mulheres que se prostituem, sob a alegada protecção e segurança que lhes fornece. A condição social deste era por norma idêntica à da prostituta. A relação era geralmente de cariz afectivo, sendo que a mulher pagava a protecção do *chulo* através do seu envolvimento físico e psicológico. O *chulo* aparece correlacionado com a vadiagem e mais tarde como uma figura contraditória, do papel que um homem deveria assumir (trabalho honesto, sustento da família...).

Até 1949 era obrigatória a apresentação das prostitutas no Dispensário de Higiene Social, por uma questão de defesa da saúde pública, havia controlo ao nível sanitário das casas de prostituição e das mulheres que lá trabalhavam. A prostituição deveria realizar-se em locais com condições higiénicas adequadas de forma a proteger o cidadão. Em 1963, esta obrigatoriedade foi suprimida, limitando a função do Dispensário a diagnosticar doenças, orientar o tratamento de forma a proteger a saúde pública, embora não privando as mulheres da sua liberdade. Este sistema manteve-se em Portugal durante um século, até 1962, e provocara um aumento da prostituição clandestina, havendo poucas mulheres registadas, comprovando a ineficácia do sistema, visto que degradava a mulher sem que daí adviesse alguma profilaxia das doenças venéreas ou vantagens em termos gerais.

Por outro lado verificava-se, e derivado de grandes transformações laborais, sociais e morais (motivadas pela Revolução Industrial e pelas duas Grandes Guerras) que se criou a vaga anti-prostituição. Vivia-se então o pré abolicionismo, a transição do regulamentarismo para a proibição ou para a descriminalização.

Apesar de todas as alterações que verificámos ao longo da história da prostituição uma coisa se manteve constante; a questão psicológica subjacente deste fenómeno permaneceu esquecida. As questões visadas sempre se centraram nos actos e nas penas, deixando sempre de lado o *porquê* e o *como*.

Surge a partir de 1963 o regime Proibicionista, a criminalização. O decreto-lei nº 44579 de 19 de Setembro proíbe a prostituição e caducam as datas das matrículas anteriores, interdita o proxenetismo e as casas de prostituição são igualmente ilegais

A prostituta é definida como “as raparigas e as mulheres que habitualmente se entregam á prática de relações sexuais ilícitas com qualquer homem, deles obtendo remuneração ou qualquer outro proveito económico” e equiparadas aos vadios para a aplicação de medidas de segurança.

Os registos seriam destruídos, previa-se o encerramento das casas toleradas á prática bem como a apreensão dos bens e punições (até um ano de prisão e multas) para o exercício de proxenetismo. O objectivo era a erradicação total.

Na análise desta lei verifica-se, em comparação com o anterior regime, que as prostitutas estavam sujeitas a medidas de segurança pelo simples exercício da prática; os clientes não eram punidos; a exploração da prostituição estava prevista legalmente e a recuperação ou clandestinidade não é mencionada.

No entanto a igualdade entre homens e mulheres permanece utópica, na medida em que só as mulheres são mencionadas e penalizadas

O Proibicionismo não surtiu grande efeito visto que a prostituição continuou embora as condições da mesma tenham piorado, as mulheres estavam mais expostas a agressões e a perseguição policial aumentou, ou então, trabalhavam em casas de luxo frequentadas pela classe alta da sociedade. Só as prostitutas de rua eram alvo de represálias, juntamente com alguns dos *chulos*, sendo que os proxenetas nas casas de luxo raramente eram condenados. Esta medida clandestinizou a prostituição. A repressão policial não travou o crescimento da prática e

favoreceu o tráfico, rapto e exploração fomentando o comércio clandestino do sexo (Oliveira, 2004).

Em 1977, o Estado criou uma comissão para realizar um levantamento da realidade da prostituição de forma a poderem criar uma nova legislatura. Pretendia-se saber qual a amplitude, a distribuição e perceber as causas deste fenómeno. A 31 de Março do mesmo ano, a prostituição ganha o “estatuto” de fenómeno social. Esta questão não era somente de foro médico e biológico mas também de foro social, devido á complexidade do fenómeno. Nesta altura, ao nível da Psicologia, vivia-se o Humanismo. O qual focalizava o homem como detentor de liberdade e escolha. Em 1982 a prostituição é despenalizada, entrando Portugal no Regime Abolicionista (Ramalho & Santos, 2005). O Decreto-lei nº 400/82 de 23 de Setembro de 1982 revoga o anterior Decreto-lei nº 44 579, todavia este decreto só entraria em vigor a 1 de Janeiro de 1983.

Embora a lei tenha descriminalizado o acto prostitutivo, não o legalizou, no entanto o proxenetismo e exploração da prostituição continuavam penalizáveis por lei, estando actualmente enquadrados no crime de lenocínio, ou seja, o crime de favorecimento à prostituição. Este encontra-se descrito pelo art.º 170º do Código Penal que após as alterações do Decreto-lei nº 65/98 de 2 de Setembro e do nº 99/2001 de 25 de Agosto. Este crime estava inicialmente designado como sendo contra os fundamentos ético-sociais, no entanto em 1995, no Decreto-lei nº 48/95, é assumida uma nova postura, visto que o legislador abandona esta concepção moralista passando para a “liberdade e auto-determinação sexuais, bens eminentemente sociais”.

Para os abolicionistas, a regulamentação é uma política de exclusão devido á criação de instalações específicas para as prostitutas, marginalizando-as, este novo regime tem como objectivo a prevenção e a dignificação destas mulheres.

Como diz o ditado popular, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades e como tal, a moral em torno da dicotomia de género do abolicionismo era o facto de a mulher estar associada a conceitos, tais como, a responsabilidade, consciência e a razão, enquanto que o homem era possuidor do saber, sensualidade e força. De acordo com estes conceitos a prostituta era a vítima do homem, e não o contrário, como era até então aceite. A tolerância deixou de ser um conceito admissível, visto que, banalizava socialmente e promovia a prostituição. Outra crítica, era o facto dos mecanismos regulamentadores utilizados, segundo os abolicionistas serem inoperantes e atingiam apenas a vítima (prostituta) e não o agente primordial (clientes). Também a

hospitalização (aquando de doenças venéreas) obrigatória excluía e não tinha em conta a prostituição clandestina. A tolerância era na realidade uma medida de repressão.

Os abolicionistas tinham como objectivo a abolição das casa de prostituição e da prostituição de menores, bem como a instituição de uma moral assente na canalização da sexualidade para a conjugalidade, a identidade da mulher definia-se em torno dos papéis de esposa e mãe. Estas medidas mostravam as mulheres prostitutas com papéis ambivalentes: o de vítima e o de dano social contra a moral aceite.

A transição de um regime para o outro fomentou o aumento da prostituição clandestina e a marginalização destas mulheres, confinando-as a espaços diferenciados.

Uma das críticas a este regime é o facto de involuntariamente, ao rejeitarem a regulamentação, transformarem o comércio do sexo, abrindo o mercado à iniciativa privada, á exploração sexual, sexo clandestino e ilegal.

Ao entrar em vigor esta nova legislação, os crimes sexuais foram alargados no Código Penal, ao invés dos crimes contra os valores e interesses da vida em sociedade, sendo que o Lenocínio e o tráfico de mulheres e crianças ganhou protagonismo. A lei portuguesa pouco se alterou desde de que a prostituição foi designada como um fenómeno social.

Com o crescimento a nível mundial do comercio de sexo, a ONU publicou em 1949 a “Convenção para a supressão do tráfico de pessoas e da exploração da prostituição de outrem”, e em 1980, a “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de descriminalização contra as mulheres”. A primeira ainda não foi ratificada por inúmeros países, e Portugal só a ratificou em 1991, 42 anos após a sua publicação.

Actualmente, temos uma visão jurídica da prostituição que a designa como despenalizada mas não legalizada, permanecendo assim nesta dicotomia legislativa que não pretende erradicar a prostituição mas também as \ os que a praticam não se encontram reconhecidos legalmente. Existe um vazio legislativo que não pune, não regula, mas ignora esta actividade (Oliveira, 2004). As políticas de cada país pouco ou nada se alteraram desde da completa censura \ ilegalidade até á despenalização. No entanto, em todos os casos, a segurança destas mulheres não tem de todo, sido uma prioridade nas legislações elaboradas. Desde as constantes perseguições policiais, que em nada visam reabilitar mas apenas punir, à despenalização da prática estando esta ausente de apoio social, ao ainda presente estigma social que cada vez mais as marginaliza empurrando-as para a exclusão.

Daqui advém a necessidade da importância da intervenção juspsicológica. Este tipo de intervenção na penetração e envolvimento do saber, das mensagens e dos discursos psicológicos nos territórios do Direito e da Justiça, visando captar, decodificar compreender e explicar os comportamentos de todos os actores sociais do processualismo judicial, lançando âncora na unidade da diversidade (Poiares, 2000, 2001). O conhecimento aprofundado desta questão, das causas e factores por detrás da mesma pode sustentar o planeamento de futuras intervenções. Definir os grupos e conhecer as suas características pode tornar a intervenção mais produtiva, e como consequência, ter resultados mais positivos. O grupo sócio económico mais baixo (seja de rua ou *indoor*) é provável que usufrua mais de uma intervenção dirigida para as necessidades socio-económicas e à redução de riscos. No entanto este tipo de intervenção seria desadequado às prostitutas de estatuto mais elevado, visto que as carências económicas não estão presentes. No caso de se tratarem de mulheres envolvidas em redes de tráfico e exploração sexual é necessário ter em conta as necessidades específicas destas, podendo as mesmas trabalhar na rua ou no interior de um estabelecimento, dificuldades linguísticas e de documentação bem como todas as situações que podem envolver a situação familiar das mesmas. A intervenção ao nível psicológico deve ser articulada em simultâneo com instituições e serviços públicos de forma a colmatar o máximo de necessidades ao mesmo tempo e obter assim melhores resultados. O papel do psicólogo forense e da exclusão social passa pela criação de uma relação, a aquisição de competências (mais a nível relacional e social) e a motivação e securização do sujeito.

Embora, actualmente, o número de prostitutas sob a alçada de um explorador (*chulo*) seja reduzido ainda é uma realidade e não uma espécie em vias de extinção. O que verificamos que se alterou foram alguns métodos de coação, com a indução do uso de drogas e outras situações geradas pelo tráfico de mulheres. Principalmente as mulheres africanas cuja cultura é muito enraizada são facilmente subjugadas por meio de rituais espíritas, tais como o *vudu*, sendo que os seus proxenetas lhes incutem a ilusão de que, face a uma desobediência, as suas famílias, mesmo estando distantes, sofreram as consequências (Salas, 2008).

Nos casos ditos “normais” (não de tráfico) é praticamente norma que as vidas destas mulheres ocultam uma história familiar disfuncional e como tal extremamente propícia a caminhos de vida desviantes. Isto porque os modelos parentais e sociais em que cresceram não lhes mostraram outras opções de vida.

Estas mulheres, então jovens, saturadas dos problemas familiares e quiseram ser independentes. Os amigos e namorados do mesmo bairro (meio social) têm muitas vezes os mesmos modelos e não conhecem outras formas de vida, e no entanto, nesta fase de transição, são o apoio destas jovens. Cerca de 25% das mulheres começaram a prostituir-se por incitamento do homem que viria a ser o ser *chulo*, outras 20% foram aliciadas por uma mulher a trabalhar para um *chulo* (Silbert e Pines, 1982).

Os défices emocionais, criados pelas pobres práticas parentais, anteriores á entrada para a prostituição são enormes, a necessidade de afecto leva a que por muitas vezes se sujeitem a relações abusivas, mas que por vezes, não diferem do que sempre assistiram em casa em relação aos pais, sendo, portanto, para elas, um registo normal.

As experiências sexuais precoces também podem levar a que haja uma banalização do acto sexual o que se torna mais fácil o acto prostitutivo. Ao mesmo tempo este início precoce pode levar a uma dependência excessiva do companheiro e este pode incitar a mulher é prostituição como meio de suporte financeiro

Balkan, Berger e Schmidt (1980), procuram as causas de entrada na prostituição na sociedade rejeitando os factores psicológicos. Para estes autores a prostituição condensa a condição da mulher na sociedade capitalista, visto que estas, são, desde muito novas ensinadas a que devem “capturar” um marido. Assim, quer na prostituição, quer no casamento o que as mulheres fazem é subordinar as relações sexuais aos ganhos económicos. Será que a mesma sociedade que rejeita e exclui estas mulheres as ensina a serem prostitutas?

A Psicanálise explica a prostituição como uma manifestação comportamental de uma alteração na estrutura psicológica. Alteração essa provocada por traumas vividos na infância, decorrentes do relacionamento com os progenitores. Com base nesta teoria podemos inferir que as relações a que estas mulheres se sujeitam com os seus “companheiros” baseiam-se no receio de ficarem sós. A máxima “quanto mais me bates mais gosto de ti” aplica-se perfeitamente visto que muitas delas só conhecem este registo como demonstração de afecto.

Para Meier (1989) muitas mulheres que se tornam prostitutas, pertencem a meios desviantes e que os *chulos* providenciam essa aprendizagem. As predisposições individuais interagem com as experiências de socialização que por sua vez são influenciadas pelo sexo, personalidade, grupo de pares e comunidade onde a pessoa se insere. Quanto ás características de personalidade enfatiza o desejo de independência e excitação (nos bairros mais pobres, muitos

pais trabalham todo o dia e os filhos estão durante horas sem acompanhamento mas condicionados ao bairro, podendo isto despoletar sentimentos de tédio e aborrecimento e como consequência comportamentos de *sensation seeking*). Este autor fala da persuasão por parte de um proxeneta, entre outros como condições vida precárias, como factor situacional (Widon, 1989).

Na maioria dos casos estas mulheres nem vêem o companheiro \ marido como um proxeneta, mas sim como, um parceiro que devido a condicionantes exteriores a si não consegue arranjar emprego e por isso o dever dela é providenciar o sustento do agregado.

É a sua verdadeira relação afectiva. É o protector e é o elemento de socialização (Fontinha, 2003); para ele é normalmente uma relação instrumental, ou seja, deriva da utilização das pessoas como meio. Outra situação possível é haver uma relação instrumental de ambos os lados. Isto ocorre mais quando existe uma adição de substâncias psicotrópicas em que o *chulo* (que poderá também ser toxicodependente) é também o *dealer*, existindo assim uma relação de sustento e protecção mútua.

A relação com o *chulo* acaba por ser mais gratificante do que a que tinham com a família (Bartol, 1991)

Os proxenetas no entanto podem ter uma relação com a prostituta, com uma componente afectiva. Ele que é visto por outros como um vulgo “azeiteiro” é visto pela mulher em questão como o seu “homem” no qual investe afectivamente. As razões pelas quais as prostitutas têm um *chulo* não diferem muito das razões pelas quais as mulheres casam (Balkan, Berger e Schmidt 1980). Tramtitz (2001) afirma que mesmo que para o proxeneta seja apenas uma questão de dinheiro, para a mulher que se deixa explorar pode ser afeição, medo e servidão.

As barreiras que elas impõem são subtis mas recheadas de significado. Não beijam os clientes na boca (acham demasiado íntimo), estando este acto reservado para os namorados \ companheiros, e o preservativo é uma fronteira que facilita o distanciamento emocional.

Para calcorream as ruas diariamente estas mulheres criam uma nova identidade, a de prostitutas. Constante é, no entanto, o discurso contraditório, em que afirmam estar na rua por uma questão de sobrevivência, para melhorarem a vida e serem independentes, no entanto afirmam que caíram numa *armadilha* (riscos económicos, endividamentos etc.) quando iniciaram esta prática. Os valores que elas próprias consideram como válidos não se coadunam com a sua

permanência no meio prostitucional; “estou aqui por pouco tempo, logo que resolva alguns problemas saio disto”.

Phoenix (1999) fala da criação de uma identidade de prostituta que se sustenta na mudança de significado que atribuem aos homens, violência e dinheiro. Existem seis elementos nesta identidade, mas para o presente estudo interessam principalmente dois; o facto de os homens serem vistos como fonte de rendimentos, rendimento esse que é obtido através do sexo (homens e dinheiro estão simbolicamente fundidos), o homem enquanto custo, sendo que as relações com o sexo oposto têm sempre um preço a pagar. Aos namorados paga-se a perda de independência, aos polícias á que pagar pela protecção contra a violência, aos proxenetas paga-se a protecção com dinheiro e submissão á violência.

Nestas relações uma coisa é certa; um ou outro vive um teatro de amor e arranja mil desculpas e adiamentos para a exploração do amor (Carmo e Fráguas, 1982)

O objectivo deste trabalho, para além de se pretender averiguar se existe um não um proxeneta, passa igualmente pela percepção que existe acerca desse possível *chulo*. Muitas, efectivamente, são exploradas mas como o explorador é o companheiro / marido elas não o vêem como um *chulo*.

LEGITIMAÇÃO

- Legitimação

O Ser humano como ser biopsicosocial, aprende segundo as relações que mantém com outros. O processo de socialização implica que o indivíduo aprenda o modo de vida da sua sociedade, adquirindo uma personalidade ao mesmo tempo que desenvolve a capacidade de funcionar como indivíduo e como membro do grupo. É a regulação de comportamentos pelos padrões de conduta do grupo, mostrando que o comportamento individual não é instintivo (Giddens, 2000).

A socialização é, então, o processo pelo qual nos tornamos seres autoconscientes, com saberes e capacidades treinadas nas formas de cultura em que nascemos (Giddens, 1989); é um processo que embora mais intenso nos primeiros anos de vida, está presente durante toda a vida do sujeito, sendo também (um processo) activo, visto que os agentes socializadores são afectados pela criança, e contínuo porque está presente ao longo da vida social. Por agentes de socialização entendemos todos os grupos a que pertencemos obrigando-nos a interiorizar um determinado papel social. Os mais importantes tendem a ser a família, a escola, os meios de comunicação social, o trabalho e a comunidade onde vivemos. Bandura (1976) fala, precisamente, duma aprendizagem de habilidades sociais, contínua desde a nascença, sendo um processo natural de imitação dos modelos disponíveis no ambiente do indivíduo.

Durante o processo social de desenvolvimento da personalidade vamos adquirindo estas normas, mediante castigos / proibições e prémios / promessas, procedendo assim a uma identificação com quem as estabelece, a sociedade. A norma é inevitável e indissociável do nosso contacto adequado com o mundo destinando-se estas á criação e manutenção das estruturas sociais.

Ao nível da psicologia a *norma* é o comportamento adequado da maioria das pessoas de um determinado género, de certos grupos etários, numa determinada esfera sócio-cultural, em determinadas situações. Este conceito mais facilmente rotula e descrimina pessoas. O desvio, o *anormal*, é o que num determinado comportamento se desvia da norma de um determinado grupo. Estes desvios podem ser numa direcção positiva (ex: superdotados) ou negativa, sendo estes mais pertinentes para este trabalho. Vários estudos foram feitos acerca destas trajectórias desviantes e do fenómeno criminal. As correntes biológicas puras, com Lombroso, Pínel e Esquirol, estavam enraizadas nos estudos antropológicos e procuravam as relações entre a delinquência e certos traços anatómicos e fisiológicos; e mais recentemente nos anos 60, as

correntes genéticas descobrem a importância das anomalias genéticas na determinação do crime. Dentro das explicações psicológicas, Fréchette e LeBlanc, nos anos 80, falam da personalidade criminal, enquanto que Lagache e Mailloux, numa corrente psicodinâmica, apontam para a antissociabilidade inscrita na estrutura psicológica do indivíduo. Para De Greeff a escolha é uma ilusão sendo que o comportamento estaria determinado pelo *instinto de conservação do eu* versus *o instinto de simpatia*. As explicações psicossociais apontam como causa da delinquência / desvio falhas no processo de socialização. Por outro lado, a sociologia aponta como causa factores sociais, tais como, a importância do meio físico para a Escola geográfica, as desigualdades sociais segundo Marx e Engels, um meio cultural propício ao crime de acordo com Lacassagne, a imitação de modelos de Tarde, a anomia de Durkheim (1981), a escola de Chicago fala das *delinquency areas*, Merton (1976) explica a criminalidade como um fenómeno de massas predominante das classes desfavorecidas, Becker (1964) fala dos processos de estigmatização e da *labelling theory*. Ferri tenta posteriormente apresentar a primeira síntese apresentada a primeira perspectiva multi-casual da delinquência (factores endógenos, do meio físico e do meio social), abrindo portas para as teorias biopsicossociais da criminalidades, ou seja, que o comportamento criminal deriva duma conjugação de factores biológicos, psicológicos e sociais (Da Agra, 1997).

Na sequência das trajectórias desviantes que um indivíduo pode tomar, na importância da socialização é de extrema relevância falar das relações que estabelecemos. Segundo Heider (1958) uma relação entre duas pessoas é uma configuração, reagimos ao que pensamos que o outro percebe, sente ou pensa para além da forma como reage. Desenvolvemos atitudes relativamente aos outros, sendo regulados por um princípio de equilíbrio cognitivo, ou seja, modificações constantes que induzem mudanças no pensamento, acção e sentimentos para então atingir um novo equilíbrio.

E porque estamos a falar de relações é importante mencionar que muitas vezes, se não sempre, na base de uma situação de exclusão (como é a prostituição) existe uma ruptura (familiar, social, etc.).

O que nos faz então relacionar com determinadas pessoas? A atracção interpessoal constitui um dos componentes do desenvolvimento das relações entre os indivíduos, incluindo aquelas de natureza fraternal e amorosa, esta pode ser definida como uma experiência que leva os indivíduos a relatarem uma conexão especial com os outros (Reeder, 2000). Numa perspectiva

evolucionária, a atracção interpessoal é obviamente vista como um elemento crucial no desenvolvimento de vínculos que possam resultar na geração de descendentes. Sob a óptica da psicologia cognitiva, a atracção está relacionada aos esquemas cognitivos que são construídos a partir dos ideais de parceiros e relacionamentos amorosos, baseados em experiências pessoais. Estes ideais são gradativamente construídos no decorrer da vida, exercem uma influência considerável sobre o pensamento e o comportamento nas relações interpessoais (Fletcher, Giles, Simpson e Thomas, 1999).

O estudo da atracção pessoal coincide com a problemática da génese, desenvolvimento e ruptura das relações sociais preferenciais, em particular as de amizade e amor, podemos apontar como factores antecedentes a beleza física, semelhanças interpessoais e avaliações positivas.

A atracção física constitui um dos factores associados á atracção interpessoal (Myers, 1993). Alguns estudos sugerem que o sexo masculino valoriza mais a atracção física do que o sexo feminino (Feingold, 1990); embora haja um certo consenso de que os indivíduos com boa aparência são geralmente os mais atraentes (Myers, 1993); mesmo em contextos nos quais a aparência não constitui o elemento preponderante (Wapnick, Mazza e Darrow, 1998). Proximidade, inteiração e exposição continuada aos outros indivíduos são alguns outros factores que contribuem para o aumento da atracção interpessoal (Myers, 1993). Além disso, uma semelhança real ou percebida entre os indivíduos também aparenta contribuir para o desenvolvimento da atracção (Reeder, 2000). Atitudes, crenças e valores comuns são vistos como forças poderosas da atracção interpessoal, já que a atracção em si é um processo dual que envolve as atitudes, os valores e as crenças pessoais não apenas do indivíduo que se sente atraído, mas também daquele que é o objecto da atracção (Myers, 1993). Tais atitudes, crenças e valores são determinados por vários factores, inclusive o contexto social e a cultura, que são transmitidos através das diferentes relações de uma rede social e exercem um papel vital no estabelecimento da atracção e subsequente desenvolvimento de relações interpessoais (Felmlee & Sprecher, 2000).

Os fenómenos de atracção dão lugar a relações duradouras distinguíveis das relações interpessoais em geral. Tais relações organizam-se em torno da intimidade e caracterizam-se por modos específicos de comunicação e funcionamento emocional. Sternberg (1986) caracteriza as relações íntimas pelos modelos de amor que lhes estão subjacentes e de acordo com as suas componentes: intimidade, paixão e decisão \ compromisso.

Dentro da problemática da prostituição, na relação entre a prostituta e o respectivo proxeneta \ chulo, dos 8 tipos de amor descritos por Sternberg (1986) apenas parecem pertinentes e enquadráveis dois tipos de amor: o amor vazio e a inexistência de amor. Este autor classifica os tipos de amor / atracção segundo a presença ou ausência de determinados componentes, por exemplo, no *amor vazio* está apenas presente a componente decisão \ compromisso (com forte componente cognitivo), sendo inexistentes as componentes intimidade (sentimentos de proximidade e vinculação, sendo que estes em algumas situações sejam possível de se verificar nas relações prostituta / proxeneta, mais da parte da mulher) e paixão (componente essencialmente motivacional). No caso da *inexistência de amor*, como o nome indica, nenhuma componente está presente. Falamos de relações de conveniência, obrigação ou acomodação. Conveniência porque o proxeneta obtém o lucro que pretende e a prostituta a protecção que este lhe proporciona; obrigação nos casos de tráfico em que a prostituta se encontra forçada e sob constante ameaça, e acomodação quando falamos de mulheres que até poderiam inicialmente ter uma certa intimidade com o homem que as explora mas que inevitavelmente a relação foi-se degradando pelos factores inerentes a esta simbiose. Não devem ser ignoradas as mulheres casadas e que com conhecimento do marido e por opção (ou não), se mantêm na prostituição, estes casos puderam apresentar elevados índices de intimidade e compromisso mas sem a componente da paixão (amor conjugal) semelhante a um qualquer outro casamento. Dessieux (1994) fala de prostituição conjugal. Esta abarca não só estes casos mas também situações em que as mulheres, dependentes financeiramente e muitas vezes emocionalmente, dos maridos, e estes tendo como base estas “obrigações”, as sujeitam a abusos e sevícias sexuais. Pode não parecer enquadrar-se na noção que temos de prostituição, mas, vendo bem, acaba por ser na mesma a troca de serviços sexuais por bens materiais.

O “amor vazio” de Sternberg (1986) será de todos o mais aplicável. Aqui a palavra *amor* é supérflua porque é apenas uma relação comercial, idêntica á da prostituta com o cliente, sendo a única componente a do compromisso visto que se trata apenas duma troca de dinheiro por protecção sem haver intimidade.

A interdependência cognitiva, afectiva e comportamental destas relações traduz-se em formas diferenciadas de exercício do poder e de resolução dos conflitos interpessoais

Relativamente ao *poder* este é um conceito que não se refere a um atributo pessoal (Foucault, 1976), sendo uma relação instrumental, não transitiva e desequilibrada (Crozier,

1977). Dentro do poder, e segundo Houston (1983) os parâmetros a analisar são o conteúdo (natureza das actividades); as intenções do actor; as estratégias utilizadas; magnitude; modificações e as consequências. Falbo e Peplau (1980) identificaram como estratégias de influência as directas (pedir, conversar) versus as indirectas (sugerir); e as interactivas (negociar, persuadir) versus as solitárias (afastamento). Verifica-se que por norma os homens têm mais estratégias interactivas e directas enquanto que as mulheres utilizam mais as de natureza indirecta e solitária.

Um aspecto relevante para a compreensão das estratégias utilizadas passa pelo tipo de recursos (condições casuais). Existem seis tipos de relação de poder, o legítimo, o de recompensa, o coercivo, o de referência, o de especialista e o informativo (French e Raven, 1959). Como exemplo podemos referir que o poder conjugal é considerado legítimo. A gestão dos recursos e as estratégias de exercício do poder, nas relações interpessoais íntimas, dão lugar a conflitos circunstanciais ou estruturais.

O poder está presente não só por parte do proxeneta como também por parte da prostituta. O *chulo* exerce poder sobre a prostituta (esta tem de lhe dar dinheiro ou outros bens sofrendo represálias, caso não o faça) e esta sobre ele (mediante o facto que sem ela ele não terá rendimentos) e sobre o cliente também. É uma relação de poder recíproco, de dependência, sem no entanto esquecer que é a prostituta que se encontra na situação mais precária. Na maioria das situações o poder da prostituta é mínimo sendo que nem a mesma se apercebe e coloca-se á mercê do elemento dominante. A mulher nestes casos está sempre subjugada ao poder superior de outro. A “moeda de troca ” que tem é sempre inferior ao que é esperado dela e as consequências que daí podem advir. Isto porque o comportamento do indivíduo no interior do grupo e em relação ao grupo comparativamente relevante, não é universalmente orientado por uma motivação, mas sim, por referências a normas e valores colectivos que a categorização intergrupos torna relevante (Deschamps, 1987). A diferenciação interindividual e intergrupar está associada a uma pertença dominante e não a uma pertença dominada (Lorenzi-Cioldi, 1988)

É importante perceber esta dinâmica inerente ao poder para perceber as relações de dominação. Estas são baseadas numa diferença de poder simbólico (Apfelbaum, 1979). O grupo dominado (as prostitutas) é uma entidade subjectivamente construída que reúne os membros sob um destino comum (Lewin, 1948), sendo quem os indivíduos por ele abrangidos tornam-se “invisíveis” quanto á distintividade individual (Apfelbaum, 1979). A identidade social dos

dominantes será definida em termos de sujeitos e a dos dominados em termos de objectos. Os primeiros vêm-se como seres individualizados ao contrário dos segundos (Deschamps, 1982); sendo o caso das prostitutas como grupo dominado pelo grupo de pertença dos proxenetas (dominantes), não só pelo facto de serem do género feminino, desprovidas de características individuais (também aos olhos da sociedade, sendo todas denominadas como *putas*) mas também pela caracterização de *objectos*, pelo proxeneta (objecto / fonte de lucro) mas também pelo cliente (objecto sexual).

Relativamente aos tipos de comportamentos exibidos pelos sujeitos, estes podem ser de quatro tipos. Em primeiro o *passivo*, normalmente ansioso por evitar o confronto, mesmo às custas de si próprio, costuma ficar muito preocupado com a opinião dos outros a seu respeito, espera que as pessoas compreendam o que ele deseja, auto culpabilização excessiva, evita a abordagem directa, solicita aprovação. Cede facilmente e este rol de atitudes geram simpatia, mas faz com que as pessoas se sintam culpadas em pedir-lhe as coisas. De seguida temos o *manipulador* que apresenta um comportamento misto, com elementos de agressividade e passividade, preferindo mesmo assim evitar o confronto. É um comportamento frequentemente encontrado em pessoas que querem se afirmar sem terem poder para tanto. Em terceiro, o *agressivo* descrito como sendo uma pessoa conflituosa. Demonstra-se muito mais preocupado com os próprios desejos do que com os dos outros. Culpabiliza e critica os outros. É autoritário e faz uso do sarcasmo, e escárnio para ganhar a discussão. Por último temos o tipo *assertivo*, ansioso por defender os seus direitos mas, ao mesmo tempo, capaz de aceitar que as outras pessoas também tenham os seus. Trata as pessoas com respeito. Aceita acordos, soluções. Aceita declarar ou explicar suas intenções. Vai directo ao ponto, sem ser ríspido.

De forma a existir uma relação duradoura é necessário haver uma complementaridade por parte dos intervenientes. Perante esta situação verificamos que por norma o proxeneta apresenta comportamento dentro do agressivo e manipulador, enquanto que as prostitutas serão mais passivas. Só assim é possível manter a relação disfuncional em que se enquadram, isto porque, elas expõem-se a uma vitimização constante, dando oportunidade a que eles mantenham o mesmo registo comportamental.

Um registo (e nestes casos uma relação) que consideramos disfuncional, estando sempre presente ao longo da vivência do sujeito, torna-se para o mesmo o normativo \ o funcional,

quando isto ocorre o individuo poderá mesmo tomar por funcional o disfuncional, sabendo unicamente funcionar no registo em que se habituou.

É igualmente importante realçar outras relações existentes na vida destas mulheres; segundo Santos (2007) em Lisboa verificamos duas formas de relacionamento \ relações estabelecidas: solidariedade e conflito (Afonso, 1984). Conflito entre estas mulheres pela defesa do espaço e dos clientes, e união entre elas devido á protecção facultada pelo grupo de pertença. Os laços de solidariedade emergem em situações de agressão, informações trocadas acerca de clientes etc. Os conflitos (verbais e físicos) existentes são nomeadamente entre as portuguesas e as imigrantes de Leste mais pelo facto destas terem preços muito reduzidos, consentimento sexual sem uso do preservativo, aceitação de diversos pedidos e clientes. Entre as prostitutas portuguesas, os conflitos que existem são a um nível intergeracional. A idade pode diminuir a procura (no caso das que estão numa faixa etária mais elevada), sendo assim as mais jovens acabam por ter, e por vezes “roubar”, mais clientes criando sentimentos negativos que puderam resultar em conflitos físicos. Outra questão reside no facto de muitas das prostitutas mais novas serem toxicodependentes, o que causa uma certa repulsa às mulheres com mais experiência, não só porque facilitam o sexo sem preservativo e por vezes praticam preços mais baixos, mas também pelo facto de puderem atrair problemas (policia, traficantes, etc.).

Entre as prostitutas existe um código de ética que proíbe as mesmas de se aproveitarem de um cliente; caso este transporte valores, praticar um preço justo, recusa de relações sexuais sem preservativo, e delimitação por fronteiras geográficas de espaço de actuação. A transgressão de algum destes pontos pode levar à expulsão daquela área, agressões físicas e por vezes até podem ser erroneamente “empurradas” para um cliente que as outras sabem ser perigoso. Criar este tipo de animosidades em nada ajuda estas mulheres que, apesar de competirem entre si, também se protegem mutuamente.

Relativamente ao relacionamento com comerciantes e residentes da zona, a prostituição parece integrada e beneficiar alguns comerciantes (restaurantes, pensões) mantendo à margem outro tipo de comércio. Os comerciantes impõem também determinadas regras, tais como a não solicitação de clientes em frente a montras, o uso de roupas mais adequadas, a adequação da linguagem e evitação conflitos.

Não podemos falar, no entanto, de prostituição sem uma abordagem relativa á sexualidade. Antes de mais é importante distinguir “sexo” de “género”, o primeiro refere-se as

diferenças anatómicas entre homens e mulheres, enquanto que o segundo diz respeito as diferenças culturais entre homens e mulheres (Giddens, 2000). A corrente sociobiológica refere que existem diferenças inatas de comportamento entre homens e mulheres, mencionando o facto de em todas as culturas os homens irem para a guerra ao invés das mulheres enfatizando a tendência biológica destes para a agressividade. Em contrapartida, Elshtain (1987) afirma que o nível de agressividade varia de cultura para cultura, enfatizando assim os factores culturais. Sendo assim as diferenças de comportamento desenvolvem-se principalmente através da aprendizagem social das identidades femininas e masculinas.

Experiências com gémeos idênticos demonstram que a auto-identificação primária de um sujeito como homem ou mulher (incluindo as atitudes, ideias e expectativas inerentes ao papel) depende do rótulo que lhe foi colocado enquanto criança, sendo que as diferenças biológicas tornam-se assim mais um sinal do que uma causa da diferenciação de papéis sociais (Lewontin, 1982).

Falamos da socialização do género, a aprendizagem destes papéis através dos factores sociais como a família e os meios de comunicação. Na família, estudos feitos demonstram claras diferenças de tratamento em relação a rapazes e raparigas. Pensa-se no entanto que este tipo de aprendizagem é inconsciente, antes das crianças se rotularem como meninos e meninas recebem indicadores pré verbais (nesta caso visuais) como o vestuário, penteado etc (Giddens, 2000). Por volta dos dois anos a criança tem um entendimento parcial do que é o género. É esperado pela sociedade que os indivíduos se comportem de acordo com o seu género (Lorber, 1994). O género é portanto uma instituição social criada e recriada nas interacções quotidianas com outros, nas palavras de Simone Beauvoir “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

Segundo Freud a aprendizagem das diferenças de géneros centra-se na presença ou ausência de um pénis, sendo este uma imagem simbólica da masculinidade e feminilidade e não apenas uma distinção anatómica. Contrariamente, Chodorow afirma que o género é apreendido pela ligação aos pais, enfatizando a relação com a mãe e a forma como esta “afasta” os filhos. As meninas tendem a manter-se chegadas não havendo uma ruptura radical enquanto que os rapazes sofrem um rejeição mais radical que compromete a sua capacidade de formar relações mais íntimas. Na questão sexual, alguns biólogos defendem o carácter evolucionista, em que os homens são mais promíscuos de forma a garantir a descendência enquanto que as mulheres desejam parceiros mais estáveis. No entanto, recentemente, um estudo mostrou que muitas vezes

também as mulheres escolhem um parceiro não pelos genes mas pelo território ou pela hipótese de ser melhor pai (Angier, 1994).

Em todas as sociedades existem normas sexuais que aprovam determinadas práticas, desencorajando outras, actualmente a “normalidade” é a heterossexualidade, não deixando porém de existirem um conjunto de variedades e preferências sexuais minoritárias, entre as quais, está a homossexualidade, embora algumas culturas e contextos, esta seja, ou tenha sido tolerada e até mesmo encorajada. No entanto o termo homossexual surge apenas nos anos 60, do século XIX colocando-os com o estatuto de aberração (Weeks, 1986), sendo que no ocidente até á bem pouco tempo era mesmo uma prática criminalizada.

Plummer (1975) distingue quatro tipos de homossexualidade: a casual, como actividade situada, a personalizada e a homossexualidade como modo de vida. As atitudes face á homossexualidade foram outrora tão acentuadas que só recentemente se começam a desvanecer certos mitos e a criar-se uma maior tolerância. No entanto a prostituição masculina é tão antiga como a feminina e não inclui só prostitutas e clientes homossexuais, mas também heterossexuais, embora seja essencialmente dirigida a homossexuais.

A prática da prostituição pode parecer, a quem não conhece, homogénea e talvez desorganizada, no entanto, contrariamente, a sua organização, relativamente a preços, zonas e contextos, é deveras distinta e evidente, e na cidade de Lisboa não é excepção.

Comparando as zonas de outrora às actuais áreas de mais destaque na prostituição, existem sinais de continuidade, sendo que esta problemática perdura em determinados espaços. Destes espaços separamos três zonas em Lisboa: o Cais do Sodré, o Intendente e a Praça da Figueira.

Relativamente ao Cais do Sodré, cerca de 2% da prostituição em Lisboa (Costa e Alves em 2001); é um espaço muito associado ao divertimento nocturno ao encontro das emoções pretendidas. A prostituição esta aqui presente mas principalmente nas ruas secundárias mais escondidas. Angariam os clientes junto aos bares encaminhando-os de seguida para as inúmeras pensões circundantes.

A presença da polícia é igualmente uma presença constante mas intervém nomeadamente ao nível de distúrbios provocados pelo excesso de álcool.

O Intendente é uma das zonas mais problemáticas da cidade de Lisboa, quer ao nível da prostituição quer do tráfico de droga, sendo que a população de prostitutas apresenta mulheres de

diferentes etnias. Parte dos problemas reside precisamente na multi-etnicidade presente visto que o crescimento dos diferentes grupos étnicos leva à necessidade que os mesmos têm em “estender” a sua cultura ao meio circundante. Muitos destes aspectos culturais chocam, não só entre estrangeiros como principalmente com os portugueses

É um fenómeno crescente que facilita o isolamento desta zona. O movimento quotidiano de outrora foi substituído pelas prostitutas, clientes, *chulos* e proxenetas que usam as pensões circundantes e os bares. Aqui cruzam-se os habitantes, os comerciantes e a população prostituta. Os habitantes locais têm muitas vezes de alterar hábitos, comportamentos e modos de vida devido à condicionante instaurada pela prostituição, no entanto existe uma acomodação visto que não é feita qualquer acção de erradicação por parte destes, segundo um estudo de Costa & Alves (2001) nesta zona encontrava-se cerca de 87.2 da prostituição existente na cidade de Lisboa.

Na Praça da Figueira a prostituição é igualmente uma referência característica da zona, descrita, desde há muitos anos, como popular, mal-frequentada e de má-fama, desde sempre esta zona esteve associada às camadas mais pobres e, como tal, a práticas criminosas e prostitutivas. Estima-se que, actualmente, se concentre aqui cerca de 1% da prostituição total da área de Lisboa (Costa & Alves, 2001). Outrora a prostituição aqui era direccionada para a classe trabalhadora (mais pobre), praticando preços mais acessíveis, tendo, no entanto, havido reajustes no início do século XX, com a repressão havia menos poder económico, a classe trabalhadora ficou com ainda menos dinheiro e havia mais clientes provenientes de outros estratos sociais. Hoje em dia a prostituição aqui é uma constante “subindo” até ao Largo do Intendente, mantendo no entanto o facto de ainda ser a mais acessível em termos económicos.

É possível, através do tipo de prática, oferta e procura identificar os espaços geográficos da cidade associados à prostituição. Em Lisboa temos uma população feminina e masculina, sendo que, esta última, está cada vez mais visível, existindo uma maior aceitação da homossexualidade, mas não necessariamente da prostituição masculina, ainda que confinada a determinados espaços.

É importante realçar certos aspectos de espaços próprios, em termos da organização e distribuição nesta temática.

As zonas de actuação são diversas, sendo que se verifica uma maior concentração feminina nas zonas conhecidas como *spots* de prostituição em Lisboa, como no Largo do Intendente, Rua da Artilharia Um, Rua Defensores de Chaves, zona do Instituto Superior

Técnico, Monsanto, Bairro Alto, Av. das Descobertas, Restelo e Cais do Sodré, e a população masculina está mais circunscrita ao Parque Eduardo VII (Costa e Alves, 2001). No entanto entre as onze da noite e as cinco da manhã verifica-se a incidência de travestis e transsexuais na área do Conde Redondo, embora nesta zona exista uma coabitação com prostituição feminina, as diferenças são facilmente identificáveis sendo que os *transgenders* mostram maior irreverência, não só visual mas também face a normas e ao proxenetismo e aos consumos nomeadamente de cocaína. Esta população encontra-se entre os 25 e os 40 anos (Costa e Alves, 2001).

É importante distinguir três conceitos aqui mencionados. O transgenderismo é o comportamento adoptado por indivíduos que vivem parte do tempo ou a tempo inteiro como membros do outro sexo. Sujeitam-se habitualmente a tratamentos hormonais e estéticos no sentido de que essa duplicidade se manifeste com mais clareza e perenidade, tanto para si como para os outros (Costa & Alves, 2001). O travestismo, num plano quase marginal em relação é homossexualidade visto que muitos não apresentam qualquer tipo de actividade homossexual. Enquanto uns fazem uso de roupa interior feminina reservando o disfarce para intimidade, outros fazem-se passar pelo sexo oposto aos olhos de todos. (Costa & Alves, 2001). O transsexualismo traduz-se na plena convicção por parte de um individuo de determinado sexo de pertencer ao sexo oposto, comportando-se de forma a realizar essa convicção (Benjamim, 1953). Para estes sujeitos, que fazem a sua transformação corporal passo a passo, processo moroso e por vezes penoso, a maior dificuldade está na procura de um emprego estável, tarefa quase impossível, devido ao estigma que existe. Ora, não encontrando um emprego que suporte os seus gastos e os de todo o processo de “transformação”, muitos destes sujeitos, escolhem a prostituição e o espectáculo da noite (Fontinha, 2001)

Na zona de Monsanto após as medidas de erradicação de 2002/2003, verificou-se uma deslocação das mulheres que ali se prostituíam para a zona de Restelo. Nesta zona podemos encontrar mulheres que se concentram em grupo, e outras sozinhas sendo que o espaço de “troca de favores” é por norma no carro do cliente, onde a população é bastante heterogénea.

Igualmente uma referência a zona do Instituto Superior Técnico, onde a prostituição é feminina, embora se verifique a presença de travestis e transsexuais ao longo da noite. A maior incidência ocorre mais entre as nove da noite e as três da manhã, consumando-se o acto nos carros dos clientes ou nas pensões circundantes.

Cada zona é definida por uma população de características comuns, tais como a idade, os consumos, a nacionalidade, o género, o tipo de prática e mesmo a indumentária. Podemos dar como exemplo, a incidência de consumos e prostitutas de nacionalidade africana na zona do Intendente, as prostitutas provenientes de Leste no Martim Moniz e as de idade mais avançada na zona do Cais do Sodré. No entanto estas áreas têm em comum as diversas pensões de baixa qualidade, a população economicamente desfavorecida e as praticas marginais (incluindo o tráfico de seres humanos).

Não se deve negligenciar os indivíduos que se prostituem em locais fechados (casas de alterne, bares de espera, hotéis, pensões...), sendo que os locais onde o cliente procura dependem muito do poder económico do mesmo (Fontinha, 2004).

Num estudo efectuado por Santos (2007) na baixa Lisboa, há dois grandes grupos: as mulheres portuguesas e as mulheres imigrantes (divididas em africanas e provenientes dos países de Leste).

Relativamente às imigrantes, os países mais pobres e periféricos são fortes pontos de partida de mulheres e menores, que procuram fugir da miséria, fome e de tradições culturais muitas vezes abusivas e dolorosas (ex. mutilação genital, subjugação marital incondicional etc.), saciando desta forma a industria e mercados de sexo. Estas mulheres são psicossocialmente condicionadas (muitas vezes são utilizados rituais *vudus* para as manterem obedientes), dependentes (financeiramente e ao nível de documentação) e mercantilizadas. Podem estar na rua mas, muitas vezes, para evitar questões de deportação encontram-se fechadas. Outra particularidade é que estas mulheres permanecem num dado território apenas por 6 meses (tempo do visto) podendo ser enviadas para Espanha ou voltam ao país de origem regressando posteriormente a Portugal. Por norma, estas mulheres não admitem uma situação de controlo por parte de uma rede de tráfico e mesmo que tenham sido coagidas, a maioria tem conhecimento que se vinham prostituir, embora as condições com que se deparam não sejam as que tinham sido prometidas. As denúncias muitas vezes são feitas por comerciantes (devido aos constantes conflitos entre as locais e as estrangeiras) e estes inadvertidamente acabam por retirar algumas destas mulheres das redes de tráfico.

As prostitutas na zona da baixa são mulheres que desmistificam a imagem de prostituta desnudada, têm expressões carregadas e corpos cansados, faixa etária acima dos 40, tentando disfarçar a prática, as mais jovens são por norma toxicodependentes. São muito discretas nas

estratégias utilizadas para angariar clientes (aguardando apenas pelos sinais destes) e nas roupas. Normalmente têm clientes certos ou fixos ao invés de um *portfolio* imenso de estranhos.

As de Leste são maioritariamente da Roménia e são jovens (entre os treze e os vinte anos de idade), as africanas em número reduzido encontram-se numa faixa etária entre os 25 e 35 anos não mantêm qualquer relação com outras mulheres. Fazem uso de maquilhagem e roupas muito apelativas abordando os homens de formas diversas (as africanas são mais reservadas neste aspecto).

É nas pensões circundantes que se dá o negócio e a carência económica é o principal motivo para estas mulheres se prostituírem, sendo que esta deriva de diversos motivos tais como a imigração, o tráfico, uma ruptura familiar ou conjugal, situações sócio económicas precárias ou apenas um complemento ao rendimento.

Em Lisboa há uma grande heterogeneidade dentro do grupo de mulheres que se prostituem. A prostituição de rua na capital, e também noutras grandes cidades do país, como o Porto, assume uma maior expressão do que no resto do país (pequenas localidades e zonas rurais) com zonas referenciadas no centro da cidade, facto não verificado noutros concelhos (a prostituição de rua é predominante nas estradas nacionais). Tem havido um aumento das mulheres estrangeiras sendo que as de nacionalidade portuguesa se estão a afastar do centro. Tal, deve-se não só a alterações na procura, como nas estratégias de “limpeza” por parte das autoridades, para diminuir a visibilidade desta prática. A prostituição de rua é, sem dúvida, a mais acessível as classes mais baixas.

A prostituição *indoor* é também mais variada, sendo que muitas das mulheres em bares e casa particulares são de nacionalidade estrangeiras (nomeadamente porque estão ilegalmente no país). Quanto maior o estatuto da casa maior o número de estrangeiras que contratam, sendo que maioritariamente só fazem *striptease*. Vêm do Brasil, Europa de Leste, África ou da América do Sul, muitas de livre vontade, outras não. Aquando da chegada a Portugal são despojadas de todos os bens e documentos ficando completamente dependentes da organização que as explora. A partir daqui o que trabalham é para pagar a dívida da viagem e das despesas que fazem cá (alojamento, alimentação...). O objectivo é pagar a dívida fazendo serviços sexuais (Oliveira, 2004). São raras as mulheres que conseguem pagar estas dívidas de valores exorbitantes.

Nas zonas rurais são mais predominantes os bares de alterne.

É importante salientar que cometemos um erro ao pensarmos que toda a prostituição de interior corresponde a um trabalho de luxo em que as mulheres são belas, jovens, inteligentes e poderosas. Estas “putas felizes” não são um mito, embora seja um mundo mais difícil de estudar, isto porque nem elas próprias se rotulam como prostitutas. No extremo oposto da prostituição *indoor* encontramos mulheres com uma aparência pouco cuidada, com pouca auto estima e sentimento negativos face ao que fazem. Têm menos dinheiro e menos poder relativamente ao seu trabalho, basicamente em tudo se assemelham às prostitutas de rua. As mulheres que realizam trabalhos sexuais no interior estão, por norma, na faixa etária dos 25 e os 35 anos. A pouca idade está normalmente relacionada com o pouco tempo de trabalho sexual, mantendo-se neste tipo de actividade apenas até atingirem os seus objectivos económicos, embora muitas acabem por se prostituírem na rua visto que a sua idade e aspecto físico já não garantem um lugar nas casas de prostituição. Maioritariamente são mulheres com filhos sendo que o nível escolar destas também é por norma elevado (Oliveira, 2004).

Relativamente ao *porquê*, vários autores estudaram as causas e factores que puderam levar uma mulher ou homem a enveredar pela prostituição como ofício.

A evolução permitiu o aparecimento de novas teorias acerca do comportamento, deslocando-se da explicação pelas causas à explicação pelos processos emergindo assim conceitos como “desviância” e “comportamento desviante”. São estes os conceitos fundadores da Teoria do Sujeito Autopoiético (Agra, 1986, 1990, 1991). Antes há que destacar três paradigmas: o positivista (estabelece relações causais da realidade apreendida, por exemplo, a prostituição como causa de factores genéticos), o racionalista (procura de causas explicativas do comportamento, como por exemplo explicações sociais ou psicológicas para o comportamento prostitutivo) e o construtivista (centrado no processo e não nas causas tentando explicar ao invés de descrever). Enfatizando a perspectiva construtivista esta teoria defende que o sujeito não é um ser passivo mas um “actor social” sendo que o seu comportamento não se pode reduzir à relação estímulo-resposta (Debuyst, 1990). Isto porque o Ser humano pode ser entendido como resultado da sua interacção com os outros, ajustando as suas acções as acções e reacções do outro. As (os) prostitutas (os) são sujeitos sociais que pertencem a um mundo específico mas também nos universos sociais comuns aos outros. O desviante é aquele que violou determinadas normas legais, éticas ou morais, a prostituição poder ser considerada uma forma de comportamento desviante, mas este sujeito não é diferente a não ser pelo processo de estigmatização social de que

é objecto (Agra e Matos, 1997). A Teoria do Sujeito Autopoietico é um modelo que conceptualiza o sujeito como um sistema autopoietico, ou seja, criador de si próprio, das suas realidades e do seu trajecto existencial, um sistema complexo dotado da capacidade de mudança, de adaptação ao meio, aos ruídos e desorganizações, um sistema criativo dotado de capacidade de se transformar e evoluir para construir de forma significativa uma posição existencial e um projecto de vida dotados de um sentido próprio (Manita, 2001).

Dada a complexidade do fenómeno prostituição é importante para a sua compreensão uma abordagem transdisciplinar, biopsicossociológica. Uma das formas é através desta teoria de Da Agra (1986) que nos permitiria compreender o sentido do acto prostitutivo e as significações existenciais e transgressivas da prostituta. Este exercício permitiria que o sujeito que se prostitui desse um significado psicológico aos seus substratos biológico e sócio cultural e que fazendo um exercício de poder e saber sobre si próprio se tornasse u sujeito autopoietico, criador de si mesmo (Oliveira, 2004). Partindo desta teoria é possível estudar a prostituição não apenas como um comportamento social desviante, mas compreender este fenómeno de uma forma mais complexa e plural.

A família apresenta variações significativas na sua formação e funções, determinadas por factores de natureza económica, religiosas, sócio-cultural e jurídica. Vista (a família) como uma instituição pública, para posteriormente ser uma forma de defesa e subsistência económica para no sec XX se dar valor á qualidade das relações interpessoais perdendo assim o seu papel como único agente socializador (Pacheco, 1998). A evolução da estrutura familiar em muito se alterou podendo uns afirmar que foi no sentido da destruição da mesma, e outros contrapor dizendo que se progride no sentido da família como unidade relacional.

A família continua como agente socializador primário contribuindo para o desenvolvimento emocional e cognitivo do sujeito (Martins, 2004). Os modelos internos construídos pelas experiências no seio familiar são decisivos para a formação de relações extra familiares. O papel de agente socializador estende-se progressivamente a outros grupos tornando-se a escola um alargamento do lar (Winnicott, 1997). A prostituição está directamente relacionada com o desmembramento de pequenas comunidades, com o desenvolvimento de grandes áreas urbanas e a comercialização das relações sociais. Segundo Martins (2004) a prostituição aparece associada a um problema de ordem social e as pessoas que a exercem são frequentemente tidas como vítimas de um percurso anómalo. A identidade da pessoa que se

prostituiu revela-se no mínimo confusa vivendo um confronto contínuo entre o *eu* social (que se prostituiu) e eu individual (carências e privações, alguém que luta para sobreviver). As causas apontadas para a entrada neste meio, e também para a permanência, são várias e incidem em factores tanto individuais com sociais. A maioria das mulheres que entram na prostituição fazem-no por vontade própria, ainda que envoltas na influência de amigas prostitutas, namorados ou donos de bares de alterne. A motivação principal avançada é, normalmente, a escassez de recursos económicos e a perda de vínculos familiares (Barra da Costa & Alves, 2001).

No entanto é importante salientar que o factor pobreza aparece quase inequivocamente ligado á prostituição. Quando se analisa a classe socio-económica de origem da prostituta esta deve ser entre parâmetros específicos e não generalizáveis. Existem evidências de mobilidade inter classes com prostitutas de elite a recorrerem ao trabalho de rua (Fontinha, 1989; Oliveira, 2004). Mais especificamente, as motivações, e causas, inerentes á entrada para a prostituição, podem ser divididas em dois grupos: compulsões inconscientes e motivações racionais e voluntárias (explicadas por Pomeroy e Esselstyn). No entanto a maioria das prostitutas enquadram-se nas duas categorias (Benjamin e Masters, 1964).

Quanto as causas, Pomeroy (1965) e Esselstyn (1968) falam de considerações conscientes e razões racionais pelas quais muitas mulheres escolhem esta profissão. Contrariamente Winick e Kinsie (1971) descrevem causas inconscientes como a compensação da culpa produzida por fantasias incestuosas. James e Meyerding (1976) diferenciam três categorias distintas: motivações psicanalíticas; motivação consciente e motivações situacionais (incluindo experiências de vida). James (1978) descreve três circunstâncias dentro das quais pelo menos uma influenciou a escolha desta profissão: privação; história de abuso físico ou sexual e; excessiva tolerância.

Benjamin e Masters (1964) dividem os factores que contribuem para o início da prostituição, em três categorias: factores de predisposição, elementos da história familiar e pessoal tais como promiscuidade parental e problemas no agregado familiar; factores de atracção como a recompensa financeira; e factores precipitantes como a situação financeira do momento e o aliciamento por parte de terceiros.

Num estudo realizado por Silbert e Pines (1982) com uma amostra de 200 prostitutas, foram encontrados como factores de predisposição o facto da grande maioria das entrevistadas ser proveniente de lares com historias de crime, violência, abuso de substâncias, abusos, físicos,

emocionais e sexuais (cerca de 60%). O factor de atracção mais mencionado não foi o facto de ser uma forma de vida fácil, interessante e excitante mas, sim o facto, de na altura ser a única opção. Dificuldades económicas (cerca de 89%) e problemas emocionais foram apontados pela maioria como factor precipitante. Foram identificados neste estudo dois padrões de entrada na prostituição, o primeiro e mais prevalente envolve mulheres jovens caucasianas, de classe média alta mas com distúrbios no seio familiar (abuso físico, emocional e sexual), levando a uma fuga de casa e devido á idade, solidão, inexperiência e consequente falta de recursos económicos foram facilmente aliciadas por um proxeneta continuando assim o padrão de vitimização já existente. O segundo padrão envolve uma minoria proveniente de meios sócio- económicos baixos onde o crime, abuso de drogas e prostituição estão presentes. A razão primordial para o início da actividade foi por razões económicas e o facto de terem e manterem um grupo de suporte desviante.

Ficou igualmente presente o facto de a prostituição ser, nestas mulheres, a única forma de sobrevivência criando sentimentos de desespero e desamparo; contrariando assim o que Lowen (1980) reportou de que a prostituição providenciava uma saída da pobreza, sentido de poder e autodeterminação, tal como uma oportunidade para a independência económica e potencialmente respeito.

A promiscuidade é um factor importante a ter em conta visto que é a etapa final do processo dinâmico deste papel estigmatizante. O facto de iniciarem a vida sexual cedo pode levar á atribuição de um papel social preconceituoso que acaba por ser “abraçado” pelo sujeito. Também o sistema de suporte social é importante, o qual pode ser definido como os laços interpessoais duráveis a grupos de pessoas de confiança, que fornecem substância emocional, assistência, recursos em tempos da necessidade, feedback, e que compartilham objectivos e valores (Caplan, 1974); ou informação dada ao sujeito que é apreciado, estimado e valorizado e que pertence a uma rede de comunicação e obrigação mutua (Cobb, 1976). Neste sentido é fácil ver a importância desta temática relativamente à prostituição, o isolamento e falta de apoio social positivo que estas mulheres relatam desenvolve todo um processo, que se inicia na procura de pertença a um grupo, que colmata na desviância, por norma já característica do grupo que aceita o sujeito. Esta situação pode ser agravada se o sujeito, devido ás suas experiências de vida, encontrou o seu “nicho” neste grupo.

Nadon, Koverola e Schludermann (1998) estudaram os auto relatos de cerca de 82 indivíduos (prostitutas incluídas), incluindo um grupo de controlo. Cerca de 68% da amostra reportaram terem sido vítimas de abuso sexual, e uma percentagem igualmente elevada reporta abusos físicos. Foi encontrada também uma forte relação entre a fuga de casa e o início na prostituição. Dentro das razões enumeradas sob o facto de terem fugido de casa mencionaram factos, tais como, as disputas familiares, o alcoolismo parental e o abuso físico e/ou sexual. Relativamente ao uso de drogas, foi efectivamente encontrada uma relação entre a prostituição e o mesmo, no entanto não foi possível definir se a prostituição propiciava a prostituição ou vice-versa.

De acordo com Santos, Gomes, Duarte e Baganha (2007), relativamente ao tráfico, qualquer mulher pode ser vítima de tráfico, no entanto há uma maior procura de mulheres jovens e bonitas, muitas vezes através de falsas agências de modelos. Outras características passam pelas condições de vulnerabilidade destas (económica, familiar) e da construção de expectativas. Segundo a Human Rights Watch (2002) as idades estão compreendidas entre os 17 e os 33 anos.

Relativamente aos factores que levam ao início da prática, Williamson e Folaron (2003) falam do processo de socialização dentro da prostituição que requer um comprometimento à medida que estas mulheres passam por uma série de fases. Cada etapa inclui riscos, benefícios e perdas. Numa primeira fase, a entrada para a prostituição, a mulher poderá fazer esta decisão mediante duas pré-condições. Primeiramente têm de se permitir serem “seduzidas” pela perspectiva de ganhos financeiros; e em segundo têm de aprender a resguardarem-se de objecções morais inerentes a este trabalho. A motivação está assente na consciência de querer algo melhor para as próprias e as suas famílias. O maior incentivo é sem dúvida o financeiro. Quando interiorizam que só a prostituição lhes dá dinheiro suficiente racionalizam qualquer conflito moral que possa existir. Inicialmente a prostituição não é vista como negativa, mas sim, como uma estratégia de sobrevivência, dado o *background* familiar apresentado pela maioria da amostra (estrato sócio económico baixo e situações de abuso negligência e exemplo de prostituição no lar). A segunda fase “aprender o estilo de vida: sensação de poder”, implica a adaptação a um novo meio ambiente e a aprendizagem de regras de comportamento para sobreviver e ter sucesso. As mulheres focam-se nos benefícios da actividade. É uma vida rápida ou a fazer dinheiro ou a gastá-lo, e torna-se muitas vezes fascinante, visto que, existe uma nova sensação de segurança financeira (mesmo nas que têm chulos). Com esta nova componente, as mulheres começam a

acreditar na sua habilidade para controlarem as suas vidas. Adquirem uma nova sensação de poder e de concretização. Nesta fase de aprendizagem as mulheres incorporam novos hábitos e formas de pensar aprendendo com os erros. Nesta fase transparece algum *stress* pelos incómodos diários, com as interações com a polícia, antecipação da violência, é assim imperativo que aprendam estratégias de forma a protegerem-se e manterem-se “produtivas”, as quais incluem a sondagem de clientes potencialmente perigosos (passam nomeadamente pelo instinto “se parece ou não perigoso”, pela inter ajuda e muitas vezes pelo facto de andarem armadas).

Outro desafio é relativo aos preservativos, o dinheiro necessário para adquiri-los e o convencer o cliente a usá-lo mas também é uma forma de se dissociarem do acto e do cliente. A terceira fase diz respeito á forma como vivem esta prática. A quantidade de dinheiro é limitada apenas pelo tempo e esforço da mulher sendo um reforço para a proeminência nesta prática, caracterizando-se pelo aumento de tempo passado a prostituir-se, distanciando-se de ligações convencionais e estreitando o círculo social com outras que igualmente estão ligadas á actividade. O risco de violência torna-se maior e o trabalho já não é visto como dinheiro fácil. A depressão é algo comum, nesta fase o que pode levar ao uso de drogas não como recreação mas como método de funcionamento. Na quarta fase estas mulheres encontram-se num ciclo de depressão, uso de drogas e desespero aprendido. Nesta fase a vida consiste em duas actividades: procura e toma de drogas. Os clientes, amigos e família tornam-se alvos a explorar e manipular. O ganho imediato é o objectivo provocando posteriormente remorsos e vergonha. Falamos de mulheres que sucumbem aos estupefacientes após iniciarem a prática da prostituição e não das muitas que se voltaram para a prostituição de forma a obterem o dinheiro necessário para os consumos. Porém, é de realçar quer nem todas as mulheres começam a consumir. Nesta fase a deterioração física é uma realidade. É quando as condições físicas se tornam crónicas, problemas de saúde graves e impeditivos de um quotidiano “normal”, que estas mulheres procuram ajuda. Esta deterioração física é acompanhada por um custo emocional, havendo precariedade, a qual leva á quinta fase, a tentativa de sair da prostituição. Isto ocorre quando estas mulheres contemplam o que lhes reserva o futuro se permanecerem neste estilo de vida, verificam que não ganharam nada de positivo e que o que aprenderam não é contabilizável. Tentam reparar as relações que perderam com amigo e família e procuram algo melhor. A pressão da sociedade e o facto de muitas estarem afastadas dos filhos contribui em muito para considerarem esta mudança de vida (Williamson e Folaron (2003).

No entanto sem o apoio e ajuda necessária a maioria poderá mesmo voltar á prostituição

A prostituição assume diferentes meios e posturas. Além das diferenças a nível de género e de identidade de género (homossexual e travesti ou transsexual) existem outras particularidades importantes de realçar.

A prostituição de rua é a mais conhecida e estudada devido á sua visibilidade, no entanto um mundo completamente diferente está em paralelo, como é o caso da prostituição de luxo. Tanto a prostituição de rua como a de luxo, poderá ocorrer *indoor* (em bordeis, casas de alterne, na própria casa, etc). Maioritariamente o que diferencia estes dois tipos de prostituição não são só as mulheres em questão mas como também os clientes envolvidos.

A prostituição de rua, embora dependa também da zona, é a mais acessível á classe trabalhadora e, como tal, também as prostitutas acabam por vezes por se despreocuparem um pouco ao nível da sua imagem. Por norma a razão maioritária pela qual estão na rua é de cariz económico, aliada a outras dificuldades, tais como, de ordem social, ou se são vítimas de tráfico e de proxenetismo.

A prostituição de luxo (presente em bares exclusivos e por serviços de acompanhantes ou *call girls*) envolve clientes pertencentes a círculos elevados e restritos da sociedade que exigem descrição. As mulheres por norma podem nem sequer ser requisitadas para um encontro de cariz sexual mas, ao invés, para os acompanharem em viagens, jantares ou mesmo só para conversar, sendo-lhes exigido algum nível de instrução e cultura. Estes são deveras exigentes com a imagem das mulheres não dando á vontade para estas se descorarem, mas também elas têm muito mais controlo sobre os clientes do que outros níveis de prostituição. É nesta classe de clientes que predominam igualmente o maior número de indivíduos com fetiches e tendências S&M (Sadomasoquismo, *bondage* ou submissão). Os seus, por norma, elevados cargos de liderança podem suscitar a necessidade de fantasias onde envolva a dominação por outros. São escolhas que envolvem a disponibilidade de quantias elevadas de dinheiro (Roberts, 1992).

Outro tipo de prostituição importante é a prostituição por estudantes, nomeadamente universitários. Isto ocorre mais em estudantes que estão fora da área de residência. Muitas vezes a bolsa de estudo ou a mesada dos pais não chega para propinas e outros gastos quotidianos. Ocasionalmente a pouca vocação que sentem face aos cursos que estão a frequentar ajuda a tomar esta decisão de complementar o rendimento com a prostituição.

Goldstein (1979) classificou a prostituição como: (1) entrega ocupacional, ou seja a frequência com a mulher se envolve na prostituição (temporariamente, continuamente, ocasionais) e; (2) contexto ocupacional, o tipo de ambiente de trabalho e processo de interacção (rua, acompanhante, casa, casa de massagens...). Muitas mulheres envolvem-se em permutas recebendo ao invés de dinheiro outros bens ou serviços.

Harcourt e Donovan (2004) distinguem dois tipos de prostituição: os serviços sexuais reconhecidos como prostituição, visto que há a intenção clara de trocar sexo por dinheiro, ou prostituição directa como a prostituição de rua, bordeis, acompanhantes, atendimento privado (contacto telefónico e posterior encontro), de janela ou porta (bordéis com a prostitutas em “exposição”), clubes \ bares \ salões de dança (a solicitação em locais com venda de álcool), outras formas (solicitação em barbeiros, saunas), hotéis, estações e terminais rodoviários, por rádio (prostitutas andam na auto estrada e solicitam via rádio camionistas) e outras formas (através de jornais, anúncios, Internet...); e a prostituição indirecta, como *bondage* (fantasia sexual que envolve *role-play* por vezes por infligência de dor e em que a relação genital não é rotina), *Lap dancing* (dança erótica em privado sem contacto sexual), salões de massagem (dedicados a fornecer massagens com hipótese de requerer serviços sexuais), *entertainers* de viagem (dançarinas etc que puderam eventualmente providenciar serviços sexuais), promotoras (pessoas contratadas para promover produtos em bares e clubes podendo também envolver serviços sexuais), comerciantes ambulantes (poderão para obter mais dinheiro prestar-se a serviços sexuais), oportunistas (em contexto social poderão cobrar serviços sexuais se o cliente aparentar ser abastado), *femme libre* (normalmente mulheres solteiras ou divorciadas que trocam serviços sexuais por bens \ ofertas), compromissos individuais (por exemplo trocar serviços sexuais ao invés de pagar a renda com dinheiro), *swingers*, *geishas* (são nomeadamente contratadas para efeitos de companhia), sexo por drogas, *gigolos \ beachboys* (homens e jovens abordados por mulheres por questões sociais sendo que podem igualmente providenciar serviços sexuais), sexo por sobrevivência (trocar sexo por comida ou segurança, verificado em épocas de privação).

Relativamente á prostituição masculina Martins (2004) afirma que é mais reprimida, escondida e dissimulada que a feminina pesando a orientação homossexual, quer dos prostitutos quer dos clientes. De acordo com estudos feitos inicialmente parecia que os prostitutos tinham uma orientação maioritariamente heterossexual (Caukins e Coombs, 1976), mas mais

recentemente destacam-se os homossexuais e bissexuais (Allen, 1980; Boyer, 1989 e Pleak e Meyer-Bahlburg, 1990), no entanto este aumento poderá estar mais associado a maior aceitação da homossexualidade quer pela população quer pelos próprios.

Os homens apresentam carreiras prostitutivas mais longas (Cottler, Helzer e Tipp, 1990), e a motivação é igualmente, na sua maioria, económica podendo mesmo ser a única motivação (Caukins e Coombs, 1976).

Na Grécia Antiga a prática homossexual era comum mas apenas entre indivíduos do mesmo estatuto social. Era visível na rua ao lado da feminina mas apenas permitida a homens adultos (Veyne, 1991). Em Roma era criticada por ser visto como um comportamento submisso, ou seja, a submissão era estigmatizada e não a homossexualidade. A condenação da homossexualidade ao longo das épocas é indiscutível, vista como pecado, violência e perversão, a repressão foi aumentando. A partir do séc. XVIII surge um grupo distinguível pelas roupas e linguagem própria abrindo caminho para a homossexualidade em oposição à heterossexualidade (Tannahill, 1989), tornando-se assim a homossexualidade uma expressão de uma natureza pecaminosa e de um comportamento contra-natura. A partir do século XIX começa a ser encarada como uma doença pela medicina. Na época vitoriana também os rapazes foram alvo de atenção na linha da tradição grega. Também era normal encontrar homens em bordéis, imitando e apresentando-se como mulheres. O mercado sexual homossexual estava em expansão surgindo paralelamente um movimento repressivo.

A emergência dos estudos acerca da homossexualidade surge com o aparecimento da Sida, sendo esta considerada quando surgiu, exclusiva da comunidade gay. Existe um evidente paralelismo entre o comportamento prostitucional e o homossexual, pelo facto dos dois aparecerem associados ao pecado e estigmatizados, e por outro lado pela explicação médica em termos de desvio a que foram sujeitos. Costa e Alves (2001) constatarem que, a prostituição masculina, se encontra associada a três tipologias: primeiro os toxicodependentes que se prostituem para poder consumirem (num estudo realizado no Porto, concluíram que 50% dos homens que iniciaram a prática da prostituição enquanto menores, actualmente consomem drogas e foram maltratados no passado sendo que, 72% dos casos de prostituição masculina se encontram relacionados com droga); em segundo os homossexuais (este tipo de prostituição ocorre de uma forma bastante dissimulada, sendo que em Lisboa se encontram maioritariamente

no Parque Eduardo VII); em terceiro e ultimo os transsexuais (área ainda muito pouco estudada. Em Lisboa predomina na zona do Conde Redondo)

Para além da prostituta (o) em si, existem outros elementos fundamentais: o proxeneta (ou chulo) e o cliente. O proxeneta (*chulo*) é aquele que explora, com fins lucrativos, a prostituição. Dentro do triângulo prostituta-cliente-proxeneta, este ultimo é o único cuja actividade está, em Portugal, criminalizada.

Segundo Balkan, Berger e Schmidt, (1980) as razões pelas quais estas mulheres têm um chulo não são muito diferentes da razão pela qual uma mulher se casa.

Mesmo que a relação seja apenas monetária para o proxeneta, para a prostituta é uma questão de afeição, servidão e medo (Tramitz, 2001). Existem portanto relações pacíficas em que o *chulo* é visto como o namorado, marido ou protector, e contrariamente noutras relações assistimos a situações de verdadeiro terror, por parte das prostitutas sendo estas obrigadas a trazer determinadas quantias diariamente sob “pena” de agressão (McCaghy, 1985).

Também definidos como proxenetas estão os gerentes \ donos das casas onde existe prostituição. Høigård e Finstad (1992) classificam os proxenetas em cinco categorias distintas. O namorado-*chulo* não violento cuja relação com a prostituta é amorosa e a prostituição foi uma decisão conjunta; o namorado-*chulo* violento com o qual a mulher tem uma relação com envolvimento emocional mas caracterizada pela violência; o *chulo*-sexual cuja relação é apenas de conveniência; o *chulo* estável, que tem várias mulheres a trabalhar para ele podendo ter uma relação ou uma ou mais de entre elas; e o *chulo* do clube de sexo, que são os donos e gerentes das casas onde existe prostituição e cuja relação com a prostituta é de simples empregador-empregado. Existem, no entanto, autores, como Costa e Alves (2001), que diferenciam o *chulo* do proxeneta, argumentado que o proxeneta é aquele que organiza ou de alguma maneira tira proveito da prostituição de outra pessoa; e *chulo* aquele que mantém uma relação pessoal com a pessoa prostituída. Segundo Santos (2007) os proxenetas são os que exploram a prostituta, no entanto também há a distinção do proxeneta e do *chulo* baseada no carácter afectivo e relacional que a mulher estabelece com este último, existindo uma relação pessoal deste com aquele que se prostitui. O proxeneta é todo aquele que organiza ou de alguma forma tira proveito da prostituição de outra pessoa (Costa e Alves, 2001).

Na baixa Lisboa constata-se que a maioria parecem ser independentes não havendo figuras masculinas a controlar as suas práticas no entanto verifiquei que a maior parte tem marido \ namorado que tem conhecimento do facto delas de prostituírem, por norma desempregados, doentes sendo a prostituição é uma forma de sobrevivência. Também os proprietários das pensões têm a sua forma de exploração: o pagamento é feito antes de subirem ao quarto e o tempo é minuciosamente controlado, sendo que no entanto desempenham uma espécie de protecção visto que interferem em casos de evidente agressão no quarto.

Esta diferenciação é algo difusa visto que muitas vezes o *chulo* mantém a tal relação afectiva, no entanto esta não é mais do que um meio de chegar á mulher ficando na mesma com parte dos lucros. Poder-se-á mesmo dizer que é como o proxeneta só que provavelmente reside com a mulher e o seu “poder” abrange apenas uma prostituta e não mais como o propriamente dito proxeneta.

O *chulo* \ proxeneta como outrora foi conhecido está hoje em vias de extinção. Esta prática ainda que existente está vastamente suplantada pelos mais modernos traficantes envolvidos no negócio do sexo (que para além de ficarem com parte dos lucros também mantêm relações sexuais com as mulheres que exploram), e pelos novos proxenetas que cobram aluguer da rua a quem nela se queira prostituir, situação que se verificou, por exemplo, na Rua Artilharia nº 1. Aparentemente apenas uma minoria de mulheres ainda se sujeita ao tradicional *chulo* \ proxeneta e mesmo as que o têm gozam de mais autonomia do que o que se supõe, mudando frequentemente ou simplesmente deixando-o quando acha que este não faz nada por ela.

Um factor comum, quer ao *chulo*, quer ao proxeneta são os métodos utilizados, e estes passam pela violência, chantagem, ameaça ou mesmo pela toxicodependência. O que é certo é que a legislação vigente promove esta violência e a sua continuidade, isto porque o estigma e isolamento social e o facto desta prática não ser criminalizada mas ao mesmo tempo não ser legal, propicia actos de violência para com as prostitutas e prostitutos. As vítimas destes episódios de violência raramente participam estas situações e apenas tentam ultrapassar a situação recalcando e minimizando a mesma.

De acordo com Roberts (1992), uma das prostitutas francesas que entrevistou afirma que pode ser difícil distinguir entre um proxeneta e um namorado, não sabendo o que ela pode ver nele e vice versa, mas no entanto afirma que as relações, das prostitutas são “normais” sendo que

a diferença não está nele ser ou ser visto, supostamente, como um proxeneta mas sim nela ser prostituta.

A temática do proxenetismo é uma forma de definição de acordo com as prioridades e repressão associadas á prostituição, qualquer homem, namorado, marido ou amigo, que esteja associado a uma prostituta torna-se imediatamente aos olhos de outros o seu proxeneta. No entanto a maioria dos verdadeiros proxenetas passam impunes.

Outra questão é o facto da violência. A violência exercida pelos proxenetas não difere muito de qualquer outra situação de violência doméstica de que as mulheres não prostitutas são vítimas. Destacar esta violência como diferente aprofunda ainda mais o estigma associados a esta profissão.

O proxeneta serviu para desviar as atenções dos problemas que verdadeiramente afectam estas mulheres: o isolamento, a carência, o papel de eternos “bodes expiatórios” e o estigma. Todas estas situações colocam a prostituta como um alvo fácil para violadores e homicidas, nomeadamente as prostitutas de rua, são poucas as que não têm histórias de violações ou ameaças de homicídio. As que escapam a estas situações não encontram recursos legais mas sim indiferença por parte das autoridades, como se o estigma a que está sujeita justificasse de alguma forma o crime cometido. Silbert e Pines (1982) ao falarem da falta de sistemas de apoio social, ou sendo estes deficitários ou desviantes, mencionam a existência de “alguém especial”, um homem que suportam financeiramente. Em alguns casos este sujeito apresenta um passado penal. Cerca de metade das entrevistadas confirmaram ter um chulo, no entanto destas, cerca de 41% dizia não haver vantagens em tê-lo e aquelas que viam vantagens descreviam estas como sendo para efeitos de protecção, 4% da amostra mencionaram que este alguém tinham um significado afectivo.

Por outro lado Gagnon e Simon (1973) afirmam que estas mulheres permanecem com chulos não por razões emocionais mas porque este representa uma figura de poder e controlo que falta a estas mulheres, não só pela vida que levam como por consequência duma espécie de paralisia / dormência psicológica que mantêm.

May, Harocopos e Hough (2000) mencionam que os homens que têm uma relação com mulheres que se prostituem, têm mais probabilidade de serem abusivos fisicamente e emocionalmente, e tendem a ter registo criminal. Os gerentes de locais de prostituição tendem a ser mulheres sem envolvimento noutras formas de crime e raramente usam métodos coercivos.

Caplan (1984) efectuou um estudo relativo á prostituição na adolescência. São por norma adolescentes que fugiram ou saíram de casa, estão desintegrados familiar e socialmente. Podem ser aliciadas por um *chulo* fazendo-as sentir especiais mas rapidamente se vêem a prostituir como outras, correndo o risco de ser espancadas e com medo de fugir. Outra situação possível caracteriza uma união de conveniência, ele protege-a da polícia, doutras prostitutas, de clientes, podendo esta relação tornar-se mais íntima; muitas vezes a prostituta envereda pela prostituição de forma a arranjar um *chulo*, ou seja, alguém que tome conta dela, e não necessariamente o oposto. Ainda outra possibilidade é a de a mulher efectivamente procurar um *chulo* e deparar-se com um *chulo* que aguarda “recrutar” uma mulher. A relação torna-se de dependência sendo que o *chulo* vai por vezes continuando a aliciar a mulher com roupas e outras ofertas. Não dão a protecção mas sim uma espécie de *amor* e são o sistema de suporte da rapariga em questão. O *chulo* enfatiza recorrentemente que sem ele a existência dela não faz sentido para a mulher sendo que a identidade destas mulheres encontra-se absorvida pela dele. Estas mulheres criam e moldam os *chulos*, as necessidades internas delas (de serem dominadas e protegidas, de se sentirem “sufocadas” por uma figura de poder). Procuram um predador de forma a tornarem-se a sua presa. Trocam frequentemente de *chulos* necessitando sempre de novos de forma a reavivar antigas fantasias.

O cliente é, segundo Santos (2007) os que fazem da prostituição uma troca de favores sexuais, sem este elemento não haveria prostituição, como em qualquer troca comercial sem a procura, deixa de haver a oferta de serviços \ produtos.

Antropologicamente falando, o processo de socialização ensina o rapaz a ser homem consumidor e a rapariga a ser mulher, objecto de consumo (Costa & Alves, 2001). Constituem um grupo heterogéneo passando por indivíduos de todas as idades, estados civis, grupos económicos, culturais e sociais.

De acordo com a literatura existente podemos apontar como factores comuns na origem da procura de prostitutas, em primeiro o sexo fácil e rápido; seguido da busca de sexo descomprometido com envolvimento emocional mínimo evitando a rejeição e preocupação com o desempenho; em terceiro está a necessidade de variedade sexual (em termos de diferentes mulheres); quarto, o desejo de actividades sexuais que não obtém com a sua companheiras (*S&M*, *bondage*, sexo anal e \ ou oral); em quinto, a procura da excitação \ emoção provocada pela

natureza ilícita e arriscada do acto; a crença de que as prostitutas são sexualmente excepcionais encontra-se em sexto lugar; seguido, em sétimo, pela dificuldade no relacionamento com o sexo oposto; em oitavo, o gosto pelo sórdido; em nono, a solidão ou procura de um espaço de intimidade companhia ou de amor e, por fim, a satisfação das necessidades sexuais fisiológicas masculinas (Oliveira, 2004).

Apesar de todas estas razões pelas quais os homens que recorrem a prostitutas, O seu envolvimento é, normalmente, ocultado de amigos e familiares. Segundo Campell (1998) isto deve-se a três razões: em primeiro, o medo da reacção da parceira; seguido do receio de serem rotulados como estranhos ou sexualmente perversos e, por último, a vergonha. Todos estes aspectos remetem para a conotação social desta prática, se antigamente as prostitutas eram consideradas um mal necessário, hoje em dia esta visão já não se enquadra na moral social.

Stein (1977) investigou as necessidades psicosexuais que os homens vêm satisfeitas na prostituição e verificou que os serviços sexuais estão inextrincavelmente interligados com as necessidades psicológicas dos clientes. A autora concluiu que existem cinco funções psicosexuais da prostituição: o *alívio sexual*; a *expansão sexual*; o *estabelecimento de relações* de diferentes tipos; o *entretenimento sociossexual*; e o *reforço do estatuto social*. Os clientes que procuram a simples gratificação ou *alívio sexual* desejam alguém imediatamente disponível, variedade sexual e relações sem obrigação de envolvimento emocional, resolvendo assim o conflito entre o ideal de fidelidade marital e a necessidade de experiências sexuais diversas. Outros homens investem na *expansão sexual*, querem conhecer técnicas sexuais, explorar formas de ter sexo mais excitante, querem sentir-se livres, atractivos e aventureiros, enquanto outros pretendem realizar experiências sexuais que são tabus em termos sociais. Uma atmosfera liberta de julgamento e moralismo permite a estes clientes a concretização de desejos inusuais ou de difícil realização. Para alguns clientes a sexualidade só interessa se ocorrer o *estabelecimento de relações*. Revelam o verdadeiro nome, e número telefónico para manterem o contacto e desenvolverem a certa atmosfera relacional. As prostitutas desempenham uma verdadeira função terapêutica, visto que servem de ego de suporte nos problemas pessoais, conjugais e profissionais dos clientes; auxiliam em períodos de crise como uma morte, um divórcio, problemas financeiros; libertam a expressão de material sexual reprimido ligado à homossexualidade, travestismo, masoquismo; aconselham sexualmente dando informações e instruções e auxiliam em dificuldades sexuais como a disfunção erétil ou ejaculação precoce.

Dentro das relações estabelecidas surgem cinco tipos de clientes. O *romântico* professa amor ao primeiro encontro, tem uma constante necessidade de afirmação da sua imagem pessoal romântica. É tipicamente um homem na casa dos quarenta anos, debruçado sobre questões da perda da juventude, da estagnação e dos valores. O *amigo* procura companheirismo e descontração mas, ao contrário dos românticos, interessam-se mais em falar dos seus problemas reais do que em projectar uma imagem idílica de si próprios. Gostam de ser ouvidos e que gostem deles. Têm relações duradoiras e regulares com as prostitutas, combatendo a solidão. O *submisso* recorre à prostituição para ser dominado numa relação sexual masoquista pela prostituta. O propósito é a estimulação pelo “castigo” e não a destruição, pelo que o controlo da situação é retido e circunscrito numa situação de jogo. Esta prática serve-lhe na medida em que pode experimentar estas práticas sexuais sem culpa, alivia angústias numa simbólica regressão à infância, compensa um lado pessoal sádico que se impõe noutras áreas, actua impulsos auto-destrutivos num registo de prazer. O *protector* demanda por inexperientes e jovens prostitutas. Representa assim o papel do homem sábio e experiente, criando uma relação semi-paternal. Neste caso estão também homens que satisfazem fantasias pedófilas e aqueles que se sentem valorizados narcisicamente por estarem com uma mulher mais jovem e bonita. Finalmente o *juvenil* que inversamente deseja uma prostituta mais velha e experiente, satisfazendo a necessidade de aproximação física e emocional a uma mulher tolerante e maternal, sentindo-se mais masculino. O papel que estes clientes escolhem para a prostituta revela as suas fantasias sexuais, assim como, as suas personalidades e imagem pessoal (Monto, 2004).

O *entretenimento sociossexual* acontece em momentos de recreação e diversão entre homens. Numa espécie de partilha de grupo adolescente, estes clientes visam o companheirismo e a aproximação e pertença ao grupo de homens. Comportamentos voyeuristas e exibicionista encontram aqui um lugar de libertação. As prostitutas são ainda procuradas para *reforço do estatuto social*. Inseridas em verdadeiras jogadas de negócios são contratadas (muitas vezes não se assumindo como prostitutas) para convencerem clientes a assinar contratos ou para fins de espionagem industrial. Desta forma, Stein (1977) refere que a prostituição é um subterrâneo serviço de saúde sexual, uma vez que na libertação da tensão sexual a tensão psicológica é igualmente libertadora de impulsos e desejos num processo que pode ser considerado restaurador e terapêutico. Também Santos (2007) afirma que os clientes habituais são preferíveis nomeadamente das de faixa etária mais elevada, existindo sentimentos de carinho e amizade, os

clientes ocasionais optam geralmente por mulheres mais jovens. Uns procuram mediante o preço, outros procuram carinho e diálogo. A recusa de clientes passa essencialmente pela apresentação e forma de abordagem. Os pedidos sexuais também têm vindo a mudar, nomeadamente devido á difusão da pornografia e cenas eróticas e sexuais cada vez mais televisionadas. O desejo pelo diferente e inacessível tem levado a constantes reajustamentos por parte destas mulheres.

Também é curioso perceber a percepção que os clientes têm das prostitutas e da prostituição. Num estudo de Winick (1962) cerca de 73% reponderam que é alguém que lhes dá o que procuram, alguém diferente da companheira / esposa; 71% afirmaram que eram mulheres interessantes e vivazes; 63% percebem estas mulheres com a mesma imagem negativa que têm da mãe e, em alguns casos da esposa; 56% faziam uma associação directa ao *chulo*, sendo que este por norma é descrito numa forma positiva; 54% recorrem a prostitutas devido á caracterização apelativa e provocante feita pelos *media* acerca das mesmas; 49% afirma que são mulheres reconhecíveis á “distância”; 47% afirmaram que tinham esperança que a prostituta se apaixonasse por eles; cerca de 46% acalentam a esperança de mudar a vida da prostituta a quem recorreram; 41% compararam a prostituta com a esposa ficando esta última em desvantagem; 37% achavam que a prostituição deveria ser legalizada, provavelmente para atenuar sentimentos de culpa que pudessem vivenciar; 35% descrevem-nas como inofensivas e mesmo beneméritas; 32% afirmaram que o primeiro contacto com uma prostituta foi propiciado por uma reunião de negócios fora da cidade onde residem; 30% referem-se a conhecer a *madame* e por isso frequentam as prostitutas associadas a esta; 29% vêem o facto de contratarem uma prostituta como uma forma de ter sexo mais barato do que se fosse por meio de encontros com mulheres; 27% afirmaram gostarem do facto de não haver responsabilidades neste tipo de encontros sexuais; 17% recorriam a prostitutas por serem impotentes com outras mulheres (esposas ou não); 16% enfatizaram os relatos que podem fazer acerca destes encontros sexuais; 12% fizeram a associação entre prostituição e adicção a drogas e 3% como mulheres portadoras de doenças venéreas. É curioso ver que apenas duas associações são efectivamente negativas e as restantes em pouco ou nada se referem a estas mulheres como seres humanos dotados de características próprias.

As vivências neste sub mundo são marcantes e estigmatizantes. Silbert e Pines (1981) verificaram a prevalência de um sério problema de vitimização entre as prostitutas de rua como

parte integrante deste trabalho desde a exploração sexual juvenil que se verifica na entrada para este meio. Estas mulheres estão continuamente sujeitas a abusos e vitimização sob o qual não têm controlo criando uma paralisia psicológica (passividade total, incapazes de modificar comportamentos destrutivos e de auto depreciação) que também as impede de sair deste registo.

Uma das oito mais prevalentes formas de violência contra mulheres é aquela que é dirigida a prostitutas (Watts e Zimmerman, 2002); sendo as mais vulneráveis à vitimização física e sexual as prostitutas de rua (Miller, 1993 e 1995; Williamson e Folaron, 2001). A vitimização implica o domínio de um sobre o outro (Hagan, 1989) e tem profundas consequências psicológicas (Menard, 2001). O risco de vitimização aumenta com o facto da vítima ser mulher (Watts e Zimmerman, 2002), e \ ou a exposição e envolvimento em ambientes considerados desviantes (Sampson e Lauritsen, 1994). Farley e Barkan (1998) fazem notar que a prevalência da desordem de stress pós-traumático está associada à violência experimentada por estas mulheres ao longo da vida, abuso físico na infância e abuso sexual na idade adulta por via da prostituição. Apesar das estratégias de *coping* serem usadas para reduzir os efeitos destas experiências estas não necessitam de ser conscientes ou eficientes como a negação e o uso de drogas (Matheny, Aycock, Pugh, Curlette e Cannella, 1986)

A forma mais violenta de abuso é perpetuada pelos parceiros íntimos. *Chulos* descritos como tendo várias mulheres a trabalhar para eles e com acesso sexual a todas, mantêm o poder e o controlo através de demonstrações de violência frequentes. Esta relação forma-se gradualmente podendo ser de duas formas: uma mulher já envolvida na prostituição inicia uma relação com um homem que começa gradualmente a explorá-la, posteriormente começa a ajudá-lo a recrutar mais mulheres sendo considerada a principal. Outra forma é quando jovens são ajudadas por homens mais velhos (abrigo e roupa) e começa a ser-lhes cobrado o auxílio dado.

Tantos os *chulos* como os parceiros, muitas vezes também são os progenitores dos filhos dessas mulheres, são afoitos a violência física e abusos, sabem das actividades de prostituição e de toxicodependência e frequentemente foram eles a encaminhá-las para a prostituição. Os *chulos* por norma exigem determinada quantia de dinheiro, o qual é todo dado aos mesmos em troca de abrigo e roupa. Existem por vezes mais mulheres a trabalhar para um mesmo homem bem como a existência de uma relação sexual. Com os parceiros, maridos ou namorados são elas que determinam a quantidade de dinheiro que fazem controlando igualmente como é gasto e crêem que os parceiros não mantêm relações com mais nenhuma mulher.

Elas próprias, muitas vezes, admitem as relações íntimas como sendo disfuncionais, sendo que regularmente serve, e é incentivada pelos companheiros, para saciar a vontade de consumo de drogas por parte dos parceiros. Enquanto estas mulheres, eles ficam em casa a cuidar dos filhos. Algumas destas mulheres são também toxicodependentes, mas que ainda não haviam tido necessidade de se prostituírem no entanto a presença de um companheiro desempregado e dos filhos leva-as a aceitar este acordo. Resta reflectir acerca dos modelos parentais a que estas crianças estão sujeitas e até que ponto é que o “cuidar” não é somente um outro significado para negligência e quiçá maus-tratos.

Certas populações residentes em contextos desviantes são particularmente vulneráveis á ameaça de mal físico ou psicológico. A vitimização exerce um profundo impacto no indivíduo diminuindo o seu bem-estar e sentido de segurança. A droga é uma forma de escape mas torna-se um motivo para continuar na prostituição.

Os participantes de um estudo de Dalla, Xia e Kennedy (2003), revelaram padrões de abuso e vitimização (abuso verbal, físico e sexual) também como testemunhas durante a infância. Esperam mais violência dos parceiros do que dos clientes ou estranhos. As relações com parceiros e *chulos* são baseadas em poder e controlo e providenciam á mulher certas necessidades como o sentimento de amor e pertença. Quando a mulher prostituta é a principal fonte de rendimento, os desafios inerentes a deixar a prática aumentam. A violência perpetuada por estranhos tem consequências diferentes, não se prolongando no tempo e assumindo várias formas num mesmo indivíduo. O escape e internalização como estratégia de *coping* (ao invés de procurar assistência) são preocupantes desafiando o desenvolvimento e manutenção de um suporte relacional saudável.

De acordo com Farley (2005) a prostituição *indoor* é socialmente invisível. Embora os níveis de violência física possam ser mais altos na prostituição de rua, a violência psicológica é similar nas prostituição *indoor* e de rua. Enquanto que *indoor* a segurança pode aumentar não diminui o trauma causado podendo mesmo aumentar o perigo porque está invisível. Vários estudos afirmam que a violência ocorre por vezes de forma igual na prostituição de rua e na *indoor* sendo que muitas vezes a *indoor* pode ser mais violenta (tanto pelos clientes como pelos donos dos estabelecimentos) pelo facto de não ser visível. É mais fácil controlar as mulheres quando estas se encontram fechadas (no caso de tráfico). A violência física pode ser brutal mas a psicológica é mais grave. A prostituição *indoor* protege especialmente o cliente. No entanto a

prostituição de rua é, sem dúvida, a mais propicia a actos de violência, assim como a prostituição em casas de droga e hotéis, embora as outras formas de prostituição estejam igualmente sujeitas a formas de violência.

De acordo com um estudo realizado por Raphael e Shapiro em 2004 as prostitutas de rua estavam mais sujeitas, e na sua maioria já tinham sido vítimas, à violência física, ameaça com armas e relações sexuais forçadas. Os perpetradores destas agressões são os clientes (de 62% a 100%), os companheiros íntimos (cerca de 14), polícias, cerca de 24% das entrevistadas foram violadas por um oficial da polícia, e por último a violência exercida pelos *chulos* ou proxenetas.

Dalla, Xia e Kennedy (2003) mencionam que o uso de drogas é comum na prostituição de rua, usado como forma de escapem mas é igualmente uma âncora á medida que o vício aumenta e têm de continuar a prostituírem-se.

Embora toxicodependência seja mais visível na prostituição de rua, na de interior existe igualmente um grande consumo de drogas leves. O alcoolismo é um problema mais relacionado com as alternadeiras, como consequência das bebidas que têm de consumir durante o trabalho (Oliveiras, 2004))

A vitimização destas mulheres iniciou-se durante os anos de formação e mantém-se na idade adulta, estranhamente esperam um maior grau de violência daqueles com quem são íntimos do que dos clientes ou estranhos. Distinguiram claramente os companheiros de *chulos* mas no entanto o comportamento de ambos é idêntico. Tanto a violência doméstica dita “normal”, como a exercida pelo *chulo* à prostituta, são baseadas em relações de poder e controlo e mais importante ainda, ambas providenciam á mulher certas necessidades que podem incluir um sentido de pertença e amor (Willianson, Cluse-Tolar, 2002). Quando a única fonte de apoio é o *chulo* ou companheiro que as explora, os riscos inerentes a deixar esta prática aumentam. A violência esporádica de desconhecidos difere em muito da contínua e variada perpetuada pelos parceiros ou *chulos*. Segundo Raphael e Shapiro (2004), a violência está presente em todos os tipos de prostituição mas a frequência é que varia tal como o tipo de violência (ex: não contando com situações abuso sexual existe uma maior quantidade de mulheres a serem ameaçadas com armas na prostituição *indoor* e um maior número a serem agredidas fisicamente na prostituição de rua). Relativamente aos agressores em primeiros lugar estão os clientes com 62-100% das agressões, seguidos dos companheiros \ parceiros, sendo que em terceiro lugar estão os proxenetas e em último policias. Os resultados apontam para uma maior percentagem de

violência na prostituição de rua, casas de droga e hotéis. Pouco atenção é dada á violação a prostitutas sendo esta vista como um “*occupational hazard*” (a palavra violação ainda é vista como dúbia, senão impossível, quando a vítima é uma prostituta). Altos níveis de violência experienciados frequentemente afectam o bem-estar mental e físico destas mulheres limitando a capacidade destas de pensar e planear o futuro mantendo-as cativas num ciclo de violência a acomodação. Esta violência levanta questões acerca do porquê dos clientes procurarem prostitutas para agredi-las e ameaçá-las, estes deveram ser vistos apenas como agressores e não como clientes. As prostitutas tanto em *indoor* como em *outdoor* estão por norma sozinhas com os clientes e, como tal, vulneráveis. Mais generalistas, para Ribeiro e Sacramento (2005) a maior forma de violência infringida a uma prostituta é o preconceito contra a prostituição e o estigma que a acompanha. É uma violência sem rosto vagamente delineada que se reflecte psicossociologicamente e vai para além do local de trabalho afectando também o tempo livre destas mulheres. Segundo um estudo de Williamson e Folaron (2001) as prostitutas de rua tentam identificar e antever potenciais agressores e situações perigosas de entre os clientes que as abordam.

De entre os métodos utilizados realçamos: o instinto, que é a estratégia de sobrevivência mais utilizada e envolve um complexo conjunto de impulsos que servem como preditores duma situação ou de um cliente potencialmente perigoso, tentam “ler nos olhos” do cliente o tipo de pessoa que este é; segundo, a verificação da existência de perigo, visto que estas mulheres colocam-se em risco de cada vez que entram no carro ou casa de um cliente, muitas descrevem rituais de verificação e de conversa que têm de modo a prevenir a violência nestas situações e tentam rapidamente interpretar a pessoa com quem estão e o espaço onde se encontram (verificar portas, se existem armas escondidas...); em terceiro o aviso a outras prostitutas relativamente a clientes potencialmente perigosos, no entanto esta informação pode ser enganosa e como tal deve ser filtrada e examinada para determinar a sua veracidade; em quarto está confiança em Deus, a maioria destas mulheres mostram fé que Deus as protege e as vai manter a salvo, é um mecanismo de *coping* que desenvolvem necessário a quem se envolve em trabalhos perigosos que carecem da protecção convencional da sociedade; quinto, o ponto de encontro tem de ser familiar, este é cuidadosamente escolhido de forma a prevenir situações de violência, tendo por norma uma opção de escape ou estar num local onde outros possam ouvir caso a vítima grite; em sexto temos os chamados clientes regulares, estes são por norma poucos e espaçados

temporalmente não satisfazendo as necessidades financeiras destas mulheres para além do facto destes clientes começarem a, após algum tempo, negociar o preço, levando-as assim a terem de recorrer a clientes desconhecidos; e por ultimo, o escape, caso de se verem envolvidas numa situação perigosa estas mulheres tentam escapar rapidamente da mesma. Se a estratégia utilizada é eficiente depende da situação mas especificamente da motivação do cliente e esta é maioritariamente desconhecida pela mulher. As formas de escape envolvem maioritariamente danos à própria como escaparem do carro em andamento ou saltarem pelas janelas.

Segundo Brewer, Dudek, Potterat, Muth, Roberts, Woodhouse (2006) a taxa mais elevada de homicídio de mulheres é entre prostitutas. A violência é proeminente neste meio e esta pratica está associada a outros comportamentos desviantes. Os homicídios ocorrem normalmente quando estas mulheres estão a trabalhar. Os investigadores assumem que os perpetradores ou são os *chulos* ou traficantes, no entanto nos últimos anos os clientes tem cometido cerca de 62-64% destes homicídios. O aumento que se tem vindo a registar destes casos pode estar relacionado com o aumento do consumo de certas drogas que as deixam mais vulneráveis ou deixam os clientes mais agressivos.

A necessidade de perceber a dialéctica das relações (prostituta – chulo / proxeneta). É pela importância que as mesmas têm no estudo do fenómeno social da prostituição. Estas relações são a base da entrada e permanência destas mulheres na rua. Sem compreender os factores e características das mesmas haverá sempre uma lacuna na prevenção e na intervenção com estas mulheres. É essencial perceber os registos relacionais das mesmas de forma a pudermos reconstruir com elas uma nova etapa na vida que passa, precisamente, pela alteração de conceitos e aprendizagem de novas competências.

METODOLOGIA

Metodologia

O objectivo deste trabalho, é avaliar a existência e a dinâmica inerente às relações entre prostitutas e os respectivos *chulos* / proxenetas. Partindo desta premissa é necessário compreender e aprofundar tudo o que está subjacente à “a profissão mais antiga do mundo”.

A prostituição está presente desde o princípio das civilizações mas no entanto permanece envolta em mistério, tabu e vergonha. Estas mulheres são desde á muito perseguidas e, ao mesmo tempo, ignoradas pela legislatura.

Percebemos ao longo da bibliografia e realidade existente que os factores de entrada neste meio são variados, embora prevaleçam os de cariz económico; no entanto percebemos também que em todas estas mulheres existe uma história de vida recheada de factores propícios a esta vitimização constante (abusos físicos, de substâncias, lares problemáticos etc.). O vulgo explorador, o chulo / proxeneta surge aproveitando-se dos défices afectivos destas mulheres, sendo que muitas delas procuram estes indivíduos por não conhecerem outro registo que não o do abuso. Estes registos de desviância são a normalidade presente nesta população. As relações desenvolvidas por estes intervenientes têm uma dinâmica própria podendo ser vista pelos mesmos como uma relação afectiva semelhante a um casamento, ou apenas como uma relação “laboral”. Em ambos os casos estão presentes abusos físicos e psicológicos que prendem estas mulheres a uma realidade que vêem como única e sem hipótese de ser alterada.

A amostra em questão é apenas de indivíduos do sexo feminino e que se prostituem nomeadamente na rua. Por questões de acessibilidade, serem em maior número e mais dispostas a colaborar do que se se tratassem de *transgenders*, transsexuais, travestis ou prostitutas, visto que estes acarretam um duplo estigma que os marginaliza ainda mais. A prostituição de luxo seria uma outra hipótese mas é sem duvida um meio muito fechado, não só pela proeminência de certos clientes como também pela proeminência de certas prostitutas que não se relacionam em nada com a amostra encontrada na rua. Muitas destas mulheres possuem empregos durante o dia sendo apenas a prostituição um rendimento extra para manter um nível de vida mais elevado, e podem frequentemente ser chamadas mais de acompanhantes visto que a maioria das vezes são requisitadas por uma questão de *status* e não visando uma relação sexual. Por fim a maioria aparenta estar na profissão por opção própria podendo parar de a exercer sempre que quiser, não dependendo em nada desta para sobreviver.

O questionário foi construído após a leitura e análise da literatura inerente à temática. Só após a elaboração e construção da base teórica, é que foi possível elaborar as questões. Estas teriam de ser curtas, de escolha múltipla, de forma a fomentar uma resposta, e acima de tudo não ofensivas nem demasiado intrusivas, como é o caso da questão relativa à existência de um proxeneta, que foi “disfarçada” por uma questão acerca da existência (ou não) de protecção na rua. O questionário em si foi pensado para abranger o máximo de dados pertinentes no mais curto espaço de tempo, visto que as entrevistas eram na rua e os indivíduos em questão, por norma, não dão oportunidade para esmiuçar demasiado acerca das suas vidas privadas.

Perante isto de seguida passo a explicar a linha de pensamento subordinada a cada pergunta.

Relativamente à idade (questão 1), esta é importante não só a nível demográfico mas também porque há mais hipóteses das mulheres mais jovens terem um chulo \ proxeneta visto que por vezes é a única alternativa quando saem de casa. Há que salientar que estas mulheres se têm efectivamente um *chulo*, é provável que seja uma relação mais comercial do lado dele e mais afectiva do lado dela, sendo que muitas consideram-nos namorados ou companheiros. No entanto as mulheres numa faixa etária mais elevada puderam ter igualmente *chulos* no entanto são companheiros de vários anos, quase (muitas vezes são-no mesmo) maridos, onde há uma afectividade recíproca.

A questão da zona onde habitualmente se prostitui (questão 2) torna-se relevante na medida podemos relacionar estes dados, relativos à zona lisboeta, com as fronteiras “invisíveis” e mostrar em que locais é mais fácil comunicar e observar estas mulheres.

A terceira questão torna-se pertinente na medida em que a duração de entrega a esta actividade faz-nos perceber a conformidade face à situação. Sob outro ponto de vista é mais provável que as que frequentem as ruas, as mais *street wise* sejam mais independentes e confiantes e como tal com menos probabilidade de se sujeitarem a um *chulo* (no sentido mais degradante da palavra).

A questão relativa à existência de emprego (questão 4) serve para perceber se recurso à prostituição é complemento ao rendimento, mas também se este complemento é necessário para satisfazer as necessidades mais básicas ou para satisfazer certos “luxos” (vai de encontro à dificuldade que muitas vezes têm em abdicar do dinheiro fácil que a prostituição dá); ou se é uma questão de sobrevivência

O nível de escolaridade (questão 5) é importante visto que frequentemente se verifica que a prostituição torna-se o único emprego viável para pessoas com baixa escolaridade e também são estas que se tornam mais influenciáveis por terceiros a enveredar por esta prática.

Os motivos que as levaram á prostituição (questão 6) tornam-se relevantes não só para comprovar (ou não) a teoria anteriormente exposta mas também remete indirectamente para se houve ou não incitação por parte de outros, que por sua vez remete para o lenocínio e possivelmente para a anterior existência de um chulo \ proxeneta.

E porque as rupturas estão na base destes comportamentos e permanência nos mesmos é importante saber a relação destas mulheres com as famílias e membros do agregado familiar (questões 7 e 11). A comunicação deficiente ou inexistência de comunicação, e a falta de apoio familiar são alguns factores pelos quais estas mulheres permanecem conformadas na vida que levam.

A importância de saber a constituição do agregado familiar (questões 8, 9, 10 e 11) prende-se ao facto de muitas destas mulheres serem exploradas pelos companheiros não vendo no entanto os mesmos como *chulos* \ proxenetas. E sendo assim, para perceber qual a situação é necessário também averiguar quais os membros do agregado familiar que trabalham e se estes, caso não trabalhem, são sustentados através da prostituição, partindo do pressuposto que sabem o que estas mulheres fazem. Deste grupo excluimos claramente os filhos como exploradores. Verificamos muitas vezes que é devido á existência destes que muitas mulheres recorrem a esta forma de obter rendimentos extra.

A existência de filhos (questão 12) é pertinente não só pelo descrito acima com também para verificar a relação destas mães, não só com os filhos, mas também com o papel de mães em simultâneo com o de “vendedoras de sexo” (esta última é verificada mais ao nível do comportamento não verbal exibido aquando da resposta, podendo distinguir-se reacções que vão da vergonha e tristeza, até à indiferença).

A parte final do questionário prende-se com a questão fulcral deste estudo. A protecção remete para o chulo \ explorador que é também a protecção de muitas contra agressões de clientes e atritos com as autoridades. Relativo ao facto de este trabalhar ou não é importante para perceber até que ponto se verifica uma total exploração por parte de um possível *chulo* \ proxeneta. O tipo de trabalho servirá para discernir que esta pessoa se pudera enquadrar na designação de chulo ou de proxeneta como verificado anteriormente na divisão feita por alguns autores. O tipo de

relacionamento avalia a percepção que estas mulheres puderam ter acerca da relação que têm com essa pessoa (13, 14, 15 e 16).

É importante ter em conta que as questões aparentemente puderam parecer pouco indicativas dos objectivos a que se propõem, mas foram elaboradas de forma cuidadosa não só para se tornarem compreensivas para quem respondeu ao questionário mas também para não ofender nem criar animosidades devido á natureza delicada dos dados pretendidos.

Os participantes neste estudo foram 30 mulheres que trabalham como prostitutas nas zonas do Intendente, Cais do Sodré, Rua Artilharia nº 1, Restelo, Anjos, Baixa, Martim Moniz e Restelo. Tinham idades compreendidas entre os 20 e acima dos 41 anos de idade. A recolha de dados foi feita na rua , aquando do estágio académico na equipa de rua “Cidade Segura” da IPSS “Novos Rostos...Novos Desafios”.

A recolha de dados foi aleatória e feita na rua durante o expediente e percurso da equipa e todas as participantes deram a sua autorização para a participação neste estudo. A interacção continua com estas mulheres durante o estágio possibilitou que este questionário fosse feito sem grande reticência da parte delas

RESULTADOS

Análise dos Resultados

O tratamento estatístico foi feito através do programa S.P.S.S - Statistical Package for the Social Sciences. O questionário em causa, devido á sua simplicidade só permitiu fazer um tratamento ao nível das percentagens de forma a facilitar a análise e discussão dos dados recolhidos. Era uma mais valia fazer o cruzamento destes resultados com os de outro testes, como por exemplo avaliação de satisfação de vida ou depressão, mas o *setting* de aplicação não era propício e os participantes poderiam não aderir. O tempo de demora do questionário elaborado era entre cinco e dez minutos e este tempo dispensado já parecia exagerado á maioria dos participantes.

Relativamente à idade das inquiridas, quatro estavam entre os 20 e os 30 anos (13.3%), entre os 31 e os 40 foram questionadas oito mulheres (26.7%). A maior percentagem estava na faixa acima dos 41 anos de idade, dezassete mulheres (56.7%). Apenas uma mulher (3.3%) se recusou a dizer a faixa etária em que se encontrava (Ver Anexo I, Tabela I)

Em relação á zona onde habitualmente se prostituem. Seis mulheres identificaram o Intendente como a zona habitual (20%), quatro indicaram o Cais do Sodré (13.3%), cinco frequentam a zona da Artilharia nº 1 (16.7%), oito o Restelo (26.7%), duas a zona dos Anjos (6.7%), três trabalhavam na Baixa (10.0%), uma no Martim Moniz (3.3%) e uma (3.3%) alternava entre a zona do Restelo e a da Artilharia nº 1 (ver Anexo I, Tabela 2).

A terceira pergunta inquiria-as relativamente á duração das mesmas nesta actividade. Duas prostituíam-se á menos de um ano (6.7%), onze mulheres responderam entre um ano e cinco anos (36.7%), três mulheres situaram-se entre os cinco e os dez anos (10%) e catorze (46.7%) faziam-no á mais de 10 anos (ver Anexo I, Tabela 3)

A maioria das mulheres (vinte e cinco, ou seja 83.3%) não tinham emprego aquando do questionário, contra cinco (16.7%) que estavam empregadas (ver Anexo I, Tabela 4).

Relativamente ao nível de escolaridade, apenas uma das inquiridas não possui qualquer nível de escolaridade (3.3%), sendo que quinze, a maioria, apenas tinham o nível primário (50.0%), oito tinham frequentado a preparatória (26.7%), cinco tinham estudado até ao secundário (16.7%) e apenas uma (3.3%) apresentava frequência universitária (ver Anexo I, Tabela 4).

As razões pelas quais se começaram a prostituir são diversas. Vinte e duas mulheres (a maioria) foi unicamente por motivos económicos (73.3%), apenas uma respondeu ter sido uma

confluência de factores económicos, afectivos e por influência de outro (3.3%), duas responderam ter sido por motivos económicos e também por influência de terceiros (6.7%), também duas mulheres afirmaram ter sido um conjunto de factores económicos e de outros factores (6.7%), apenas uma disse ter sido uma conjunto de factores económicos, influência de outros e outros factores (3.3%) e duas (6.7%) apontaram outros factores que não os expostos (ver Anexo I, Tabela 6).

Entrando de seguida na temática da família, a maioria, vinte e cinco, não falam com a família (83.3%), sendo que apenas cinco (16.7%) mulheres mantêm o contacto com a família (ver Anexo I, Tabela 7).

Relativamente aos filhos o total de mulheres, vinte e cinco, (com filhos) mantêm o contacto com os mesmos (ver Anexo I, Tabela 8).

Na maioria das inquiridas, dezoito, a família (ver Anexo I, Tabela 9,) desconhece que as mesmas se prostituem (60%), sendo que nas restantes doze a família sabe (40%).

Em paralelo, os filhos de dezoito mulheres (78.3%) desconhecem que estas se prostituem contrariamente aos filhos de cinco mulheres (21.7%) que sabem da actividade das mesmas (ver Anexo I, Tabela 10).

Relativo ao agregado familiar, dez mulheres vivem sozinhas (33.3%), duas vivem com o marido (6.7%), quatro com o namorado (13.3%), seis com os filhos (20%), e igualmente seis com o marido e os filhos (20%), uma das inquiridas mora com uma tia (3.3%) e também apenas uma (3.3%) com a família, ou seja, pai, mãe etc. (ver Anexo I, Tabela 11).

Das pessoas com que vivem, oito mulheres (50%) reponderam que eles (as) trabalham e outras oito (50%) que os membros do agregado não trabalham, sendo que as restantes (14) não responderam á questão ou esta não se applicava (ver Anexo I, Tabela 12).

Questionámo-las se sustentavam as pessoas que não trabalhavam no agregado familiar. Houve dezasseis mulheres que não responderam sendo que seis (42.9%) disseram que sim e as restantes oito (57.1%) que não (ver Anexo I, Tabela 13).

Em onze casos (73.3%), a pessoa (s) que sustentavam sabiam que elas se prostituíam, contrariamente as quatro (26.7%) que afirmavam que não sabiam. Mas uma vez houve ausência de resposta por parte de quinze inquiridas (ver Anexo I, Tabela 14).

Cerca de 83.3% (vinte e cinco) das mulheres inquiridas têm filhos sendo que apenas cinco (16.7%) não têm filhos (ver Anexo I, Tabela 15).

Apenas uma mulher se recusou a responder se tinha protecção na rua, assim sendo também apenas uma (3.3%) disse que sim sendo que as restantes 28 (93.3%) afirmaram que não(ver Anexo I, Tabela 16).

Discussão de resultados

A maior parte das entrevistadas (ver Anexo I, tabela 2) tem idades superiores a 41 anos (56.7%). Á que ter em conta as zonas onde foram efectuadas as entrevistas são na sua maioria zonas frequentadas por prostitutas numa faixa etária mais elevada mas também são estas mulheres que se encontram mais disponíveis para conversar acerca destas questões (até porque há alguns anos que já convivem com esta equipa), enquanto que as mais novas apresentam alguma inibição por vergonha ou pelo facto de estarem sob o olhar de alguém.

Relativamente a zona onde se prostituem a maioria apontou ser no Restelo (26.7%) seguido do Intendente (20.0%) e da Rua Artilharia N°1 com 16.7% (ver Anexo I, tabela 2). Estes resultados não devem ser interpretados como havendo nestas zonas (nomeadamente no Restelo) uma maior prevalência destas mulheres. No Intendente existe uma grande prevalência, mas como apontado anteriormente são mulheres maioritariamente de origem africana e muitas delas jovens. Como tal deparemo-nos com problemas linguísticos e também o facto de não se disponibilizarem para responderem ao questionário, eram extremamente esquivas e pouco ou nenhum esforço faziam no sentido de estarem receptivas a algum diálogo. No Restelo e na Artilharia N°1 a população é maioritariamente de origem Portuguesa, numa faixa etária mais elevada para além de terem uma relação mais aberta e continua com a equipa. È um grupo que conversa frequentemente dos problemas e esperanças que têm, bem como estão muito mais receptivas a partilharem as suas experiências de vida. Neste sentido a recolha de dados foi mais fácil nestas zonas. No entanto estes resultados vão de encontro aos dados apresentados anteriormente relativamente aos números e aos locais de Lisboa associados á prostituição.

A maior parte (46.7%) das mulheres entrevistadas prostituem-se há mais de 10 anos (ver Anexo I, tabela 3). Estes dados reforçam o facto de ser muito difícil retomar uma vida “normal” após entrarem neste mundo. Elas próprias acomodam-se á situação e pior do que isso deixam de aspirar a outros objectivos interiorizando cada vez mais o seu papel como excluídas da sociedade.

Cerca de 83% dizem não ter emprego (ver Anexo I, tabela 4), na sua maioria os problemas económicos estão na base da permanência nas ruas. A sua maioria (50.0%) tem completo o ensino primário (ver Anexo I, tabela 5), alguma chegaram ao preparatório (26.7%) e poucas têm o secundário (16.7%) ou ensino universitário (3.3%). Estes valores põem a descoberto que em muitos casos a baixa escolaridade dificulta a oferta de emprego bem como os

objectivos que estas mulheres estabelecem para si mesmas, tornando-as alvos fáceis de aliciamento ou de numa altura de desespero recorrerem as ruas para obter algum rendimento.

De acordo com a teoria apresentada verificamos igualmente que a maioria (73.3%) delas recorreu á prostituição por dificuldades económicas (ver Anexo I, tabela 6) sendo que, embora em menor número, algumas apontaram como razões suplementares a influência de outros e motivos afectivos (3.3%). Relativamente ás duas ultimas razões poderemos depreender que em alguns casos poderá ter havido a influência de um parceiro \ namorado \ marido que as aliciou ou, na pior das hipóteses, obrigou-as a se prostituírem, empurrando-as para um registo e ciclo do qual dificilmente saem. Por exemplo, uma das utentes entrevistadas recorda que respondeu a um anúncio de emprego que em nada apontava para a prostituição e que acabou por se ver neste meio, foi ficando pelo dinheiro, que lhe fazia falta.

A maioria (83.3%) mantém contacto com a família (ver Anexo I, tabela 7) embora em 60% dos casos a família não saiba que elas se prostituem (ver Anexo I, tabela 9). Todas as entrevistadas com filhos (ver Anexo I, tabela 15) falam com os filhos, embora em 78% dos casos os filhos não sabem a ocupação das mães (ver Anexo I, tabela 10). Parte da razão, como anteriormente explicado, pela qual muitas mulheres acabam (e se mantêm) na prostituição tem precisamente a ver com as rupturas familiares e conjugais. A falta de suporte social é uma das causas porque muitas optam por este estilo de vida e o mantêm. Os números obtidos parecem confirmar o oposto embora por vezes o contacto com a família não seja necessariamente sinónimo de apoio familiar mas sim resquícios de uma relação que outrora era próxima mas que actualmente é apenas um contacto quase de obrigação.

Cerca de 33.3% destas mulheres vivem sozinhas e 20% vivem com o marido ou com o marido e os filhos (ver Anexo I, tabela 11). No seguimento desta questão verificamos que dos membros activos do agregado familiar cerca de 50% têm trabalho e 50% não têm emprego (ver Anexo I, tabela 12). Consequentemente estas mulheres em 43% dos casos sustentam quem vive com elas, contra 57% que não sustentam (ver Anexo I, tabela 13). Em 73% dos casos as pessoas que estas mulheres sustentam sabem que as mesmas se prostituem (ver Anexo I, tabela 14). Este último dado reforça o facto de muitos dos parceiros destas mulheres não só sabem da ocupação das mulheres como provavelmente (como seria numa relação dita normal) aprovam ou não se importam com esta. Poderemos colocar a hipótese de que em muitos destes casos o parceiro corresponde á designação de *chulo* \ proxeneta embora elas não o vejam como tal.

A questão fulcral que era saber se as entrevistadas tinham *chulo* \ proxeneta foi dissimulada pela pergunta “Tem protecção na rua?” visto que na elaboração do questionário foi tido em conta que a designação de *chulo* ou proxeneta seria demasiado ofensiva. Cerca de 93% afirmaram que não tinham protecção e 3% afirmaram que tinham (ver Anexo I, tabela 16).

O facto de muitas afirmarem não terem protecção, não quer dizer que de certa forma o marido que sustentam não seja efectivamente um explorador. Alguém que sabe que se prostituem e recebe dinheiro delas embora não as acompanhe a rua para as protegerem. Podemos certamente afirmar que em alguns casos existe efectivamente um *chulo* \ proxeneta mas que estas mulheres não o consideram como tal devido á natureza da relação que têm com eles. As que efectivamente verifiquei terem *chulo* \ proxeneta não lhes foi permitido responder ao questionário pelo mesmo.

CONCLUSÃO

Conclusão

Ao longo deste trabalho verificámos a mudança drástica do papel da prostituta ao longo dos tempos. De veneradas a renegadas estas mulheres foram uma presença constante no desenvolvimento das civilizações, passando no entanto despercebidas atingindo o estatuto de tabu, oscilando entre o papel de *Marias* ou *Madalenas*, como refere Oliveira (2004).

De uma forma geral verificamos nestas mulheres um padrão psicológico, ocultado pelos mitos e preconceitos, atrás de uma máscara de invisibilidade que a sociedade lhes colocou. Quase desde o início dos tempos que foram perseguidas e transformadas no bode expiatório dos males da Humanidade, no “armazém” dos inevitáveis (mas escondidos) recantos da sexualidade masculina, e na “animalidade” desta, como constatado por Salas (2008). Durante muito tempo nada se fez para ajudar ou perceber as motivações que levam a esta prática, no entanto, a nível social verificamos actualmente uma emergente sensibilização para esta realidade. Apesar de continuarmos a virar a cara muitos tentam efectivamente compreender e reabilitar estas vidas á margem.

Como verificado na exposição deste trabalho, certas vertentes diferem muito de país para país, uns optam pela criminalização, outros pela despenalização e outros enveredam pela cegueira colectiva do “faz de conta que não existe”. O que permanece inalterável é o papel secundário que dão aos que exploram.

Falando de expectativas, de acordo com a literatura seria de esperar encontrar uma maior quantidade de mulheres vítimas de proxenetismo, no entanto os resultados encontrados podem não reflectir a realidade.

A principal dificuldade inerente a este estudo consistiu na elaboração do questionário, visto que as questões efectuadas foram formuladas de forma a não ferir susceptibilidade que pudessem resultar na recusa do preenchimento, posto isto os resultados ficam de certa forma mais ambíguos e sujeitos a mais do que uma interpretação. Este facto prende-se por não ser uma população de fácil abordagem e muito menos relativamente ao teor das questões. Certos aspectos das suas realidades por vezes elas optam por negá-los sendo esta uma forma para melhor conviverem com essa mesma realidade. Durante o trabalho realizado em campo observei que muitas das entrevistadas se riam ao responderem ás questões o que denuncia o método de *coping* que usam. Tentam relativizar e minimizar os seus problemas para melhor encarar o quotidiano das suas vidas. São pessoas que literalmente “se riam das desgraças” visto que já em muitos casos

não têm mais perspectivas e como tal tentam conviver o melhor possível com a realidade. Em alguns casos afirmavam que estavam na rua apenas temporariamente até “orientarem” um emprego, no entanto não descartam a hipótese de voltarem de vez em quando “num mês mais apertado” ou para “comprar umas botas mais caras”. A entrada neste meio é sem dúvida um choque para todas, que na maioria dos casos têm sentimentos muito negativos de si mesmas, no entanto, à medida que o tempo passa, fica cada vez “mais fácil” conviverem com a situação e o dinheiro “fácil” que obtêm alivia-as a “de vez em quando” voltarem à rua mesmo não havendo extrema necessidade disso.

O facto de estar inserida numa equipa de rua que convive diariamente com estas mulheres, facilmente se desenvolve uma conversa que é recheada das suas experiências de vida, expectativas, arrependimentos e é com estas conversas de café que percebemos a essência por detrás do óbvio.

Por vezes pode parecer que muitos dos factos apresentados na teoria não se coadunam com o verificado, no entanto, dever-se-á ter em conta que a nossa percepção não é, de toda a mesma que as inquiridas apresentam, e com isto refiro-me essencialmente a percepção da exploração a que estão sujeitas e também à percepção que tem de quem as explora.

O questionário pela sua forma simples não permite retirar grandes conclusões acerca das causas da prostituição, no entanto uma recorrência é a existência de rupturas, quer familiares, quer conjugais. Seja pela falta de apoio familiar seja pelo abandono por parte do cônjuge \ companheiro, os problemas económicos em larga escala referidos são apenas um sintoma. A exclusão em que se encontram não é só por parte de estranhos, mas também por parte dos mais próximos. Posso mesmo conjecturar que as que efectivamente mantêm relações com a família e que tem companheiros (que podem ou não saber que estas se prostituem), também elas se encontram numa ruptura. Uma ruptura afectiva, comunicativa, que coloca um muro entre as relações, isto porque, efectivamente, ninguém encara de bom grado esta opção ou forma de vida, e como tal este assunto é tabu, para todos os efeitos podem saber mas ignoram e esta situação em pouco difere das que enfrentam o dia a dia nas ruas sozinhas.

Falando do futuro, falando de intervenção. O que efectivamente pode resultar em mudar estas formas de vida?

Não podemos ser presunçosos ao ponto de pensar na erradicação desta prática, que todas estas mulheres anseiam por uma mudança nas suas vidas. Podemos sim, falar de ajudar quem efectivamente quer e quem precisa.

Lipovsky (1983) usa uma palavra “*sedução*” que se pode aplicar neste contexto. A sedução do mundo da prostituição é algo a que é difícil resistir. O dinheiro fácil, a cobiça por parte dos homens, a sedução envolvida e adrenalina deste mundo é cativante. O grave ocorre tempos depois quando todo o *glamour* e novidade passam, quando verificam que a realidade é bem diferente do que idealizaram. Nesta altura já são maioritariamente mulheres quebradas e com um auto conceito e uma auto estima que as impede de se imaginarem noutro qualquer papel.

Aqui o papel do psicólogo forense e da exclusão social é deveras importante porque a exclusão nestes casos não é linear e existe uma panóplia imensa de factores inerentes á mesma. Tem de se proceder a uma desconstrução do indivíduo como ele se apresenta e reconstruir o que outrora era, permitindo ao mesmo sonhar de novo. Não falo de renegar o passado mas sim de efectivar formas de mudar o presente e o futuro, fornecer ferramentas para a construção de um novo *eu* plenamente integrado, já se verifica em diversos programas e instituições iniciativas tais como, providenciar o acesso a cursos profissionais, ajuda jurídica e financeiras de forma a cobrir todas as vertentes necessários ao recomeço, mas acima de tudo o mais importante é modificar a formas como estas pessoas se vêem.

A multidisciplinaridade é fundamental. Se cada ponto for tratado individualmente o fracasso é quase irremediável. No entanto há que ter em conta que o sujeito acima de tudo terá que querer e não ser obrigado á mudança. A reconfiguração tem de ser endógena e não exógena. O processo não é fácil e como tal a vontade do próprio é imprescindível. É com pequenos actos que se começa.

Nas equipas de rua, por exemplo, a prevenção ao nível da saúde está na ordem do dia e nas conversas quotidianas começa a introduzir-se as palavras inclusão, mudança e a apresentarem as hipóteses de reabilitação que muitas desconhecem. É um processo moroso a afoito a grandes frustrações.

A reabilitação passa inevitavelmente pela reeducação do que nos parece ser o básico. Refiro-me à educação ao nível financeiro, educacional e cívico (direitos e deveres de cada um), isto porque a mulher *street wise* é por vezes muito ingénua na situação mais banal do dia a dia. E porque falamos muitas vezes também da existência de filhos a educação parental é fundamental.

As disfuncionalidades destas vidas passam inevitavelmente para os filhos que verificamos muitas vezes serem problemáticos e apresentarem desde cedo comportamentos desviantes. Todo o mundo envolvente destes sujeitos terá de ser analisado e trabalhado. Falamos de exclusão crónica, geracional, um ciclo difícil de inverter.

Os resultados consolidam muitos aspectos teóricos apresentados mas não devem ser vistos de forma alguma como um retrato exacto desta realidade em Portugal. Isto porque as entrevistadas não abrangiam todos os tipos e todas as realidades das mulheres que diariamente calcorreiam as ruas da capital. Devo referir o facto de muitas das conclusões extraídas serem complementadas com as conversas aquando da recolha de dados.

As limitações com que me deparei foram menos comparativamente com o que tinha imaginado. Acima de tudo o tempo foi muito escasso em termos de interacção com estas mulheres, também me deparei com dificuldades ao nível da constância destas mulheres. A instabilidade na vida delas leva a que muitas vezes não tivéssemos qualquer tipo de contacto, com uma ou outra mulher em específico, durante uma ou mais semanas. Outra dificuldade era o facto de muitas vezes elas aparecerem intoxicadas (álcool ou substâncias psicotrópicas), sendo que o discurso era completamente incoerente. Após estes encontros reparei que estas mulheres posteriormente se afastavam da equipa, talvez por vergonha do estado em que as havia encontrado. Estes cortes ocasionais levavam-nos quase a “estaca zero” no que respeita à confiança e à vontade que anteriormente tínhamos com estas utentes.

Gostaria de ter convivido mais com estas mulheres, de poder aprofundar mais as suas experiências de vida e desejos para o futuro. Embora todas se tivessem mostrado extremamente disponíveis, o tempo útil de diálogo era extremamente escasso. Falando de expectativas pessoais verifiquei que eu própria era uma vítima inconsciente dos mitos e preconceitos face a estas mulheres. Aprendi, efectivamente e não apenas em teoria, a olhar para estas realidades “com olhos de ver” e não apenas a “avaliar o livro pela capa”.

Bibliografia

Agra, C.; Queiroz, C.; Manita, C.; Fernandes, L., (1997). *Biopsicossociologia do comportamento desviante*. Separata da revista do Ministério Público Nº69.

Agústín, Laura M. (2005). *New research directions: the cultural study of commercial sex*. Sexualities, 8, 618-631.

Balkan, S., Berger, R., Schmidt, J. (1980). *Crime and deviance in America*. Wadsworth Publishing Company

Bergeret, J. (2004). *Psicologia patológica: teórica e clínica*. (2ª ed.) Editora Climepsi.

Bernstein, E. (2001). *The meaning of the purchase: desire, demand and the commerce of sex*. Ethnography, 2, 389-420.

Brewer, D.; Dudek, J.; Potterat, J.; Muth, S.; Roberts, J.; & Woodhouse, J. (2006). *Extent, trends, and perpetrators of prostitution-related homicide in the United States*. Journal of Forensic Science, 51, 1101-1108.

Caplan, Gerald M. (1984). *The facts of life about teenage prostitution*. Crime & Delinquency, 30, 69-74.

Carmo, I., Fráguas, F.. (1982). *Putas de prisão*. Ed Regra do Jogo.

Costa.B., J. M. & Alves, L. B., (2001). *Prostituição 2001: o masculino e o feminino de rua*. Edições Colibri.

Carolo, R., (2005). *Psiquiatria e psicologia forense: suas implicações na lei*. (Pós-graduação no Instituto Internacional de Estudos Especializados).

Cwinkkel, J.; Ilan, K., & Chudakov, B. (2003). *Women brothel workers and occupational health risks*. Community Health, 57, 809-815.

Dalla, R.; Xia, Y.; & Kennedy, H. (2003). “*You just give them what they want and pray they don’t kill you*”: street-level sex workers’ reports of victimization, personal resources, and coping strategies. Violence Against Women, 9, 1367-1394.

Dessieux, C. (1994). *A Prostituição conjugal*. Ed. “Livros do Brasil”.

Dias, J., Andrade, M. (1997). *Criminologia, o homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra

Dicionário Houaiss (Vol. 15). Editora Temas e Debates.

Enciclopédia Cattolica. Vaticano (1956). 161-7.

Fachada, M. (2001). *Psicologia das relações interpessoais*, 1º volume. Rumo, Lisboa

Farley, Melissa (2005). *Prostitution harms women even if indoors: Reply to Weitzer*. Violence Against Women, 11, 950-964.

Farley, Melissa (2004). “*Bad for the body, bad for the heart*”: Prostitution harms women even if legalized or decriminalized. Violence Against Women, 10, 1087-1125.

Fleming, M. (1995). *Família e toxicodependência*. Edições Afrontamento.

Fontinha, I. (1989). *O meio prostitucional*. Comissão da condição feminina

Foucault, M. (1993). *Vigiar e Punir*. Vozes

Giddens, A. (1997). *Sociologia*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Groombridge, N. (1999). *Perverse criminologies: the closet of Doctor Lombroso*. Social & Legal Studies, 8, 531-548.

Gorbach, P. M.; Stoner, B. P.; Aral, S. O.; Whittington, W. L., & King, K. (2002). “*It takes a village*”: *Understanding concurrent sexual partnerships in Seattle, Washington*. Sexually Transmitted Infections, 29, 453-462.

Harcourt, C., & Donovan, B. (2005). *The many faces of sex work*. Sexually Transmitted Infections, 81, 201-206.

Henderson, Anthony R. (1997). *Prostitution an the city*. Journal of Urban History, 23, 231-239.

Kaspersson, Maria (2005). Book Review: *criminal women, the prostitute, and the normal women*. International Criminal Justice Review, 15, 188-190.

Lane, S. T. M.; & Codo, W. (1984). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense,.

Lipovetsky, G., (1988). *A era do vazio*. Relógio de Água, Lisboa

Machado, C, & Gonçalves, R. (2002). *Violência e vitimas de crimes, Volume 1: Adultos*. Coimbra: Quarteto Editora.

Machado, C, & Gonçalves, R. (2002). *Violência e vitimas de crimes, Volume 1: Adultos*. Coimbra: Quarteto Editora.

Martins, Jorge A. de J. (2004). *Prostituição: Percursos (com) sentidos*. (Monografia, U.L.H.T, 2004).

Marx, K., Engels, F. (1997). Manifesto do Partido Comunista. (4ª ed.). Edições Avante-

May, T.; Harocopos, A., & Hough, M. (2000). *For Love or Money: Pimps and the management of sex work*. Probation Journal, 48, 150-161.

Monto, M.(2004). *Female prostitution, customers, and violence*. Violence Against Women, 10, 160-188.

Nadon, S.M.; Koverola, C., & Schludermann, E.H. (1998). *Antecedents to prostitution: Childhood victimization*. Journal of Interpersonal Violence, 13, 206-221.

.

Norton-Hawk, M. (2004). *A comparison of pimp and non-pimp controlled women*. Violence Against Women, 10, 189-194.

Oliveira, A.(2004). *As vendedoras de ilusões – estudo sobre prostituição, alterne e striptease*. Editorial Notícias.

Phoenix, J. (1999). *Making sense of prostitution*, McMillan

Poiares, C., Ramos, S. (2003). *Intervenção Juspsicológica aplicada á Delinquência Juvenil*.

Raphael, J., & Shapiro, D. L. (2004). *Violence in indoor and outdoor prostitution venues*. Violence Against Women, 10, 126-139.

Ribeiro, M., & Sacramento, O. (2005). *Violence against prostitutes: findings of research in the Spanish- Portuguese frontier region*. European Journal of Women's Studies, 12, 61-81.

Roberts, N. (1992). *A prostituição através dos tempos na sociedade ocidental*. Editorial Presença.

Rock, P. (2007). *Cesare Lombroso as a signal criminologist*. *Criminology and Criminal Justice*, 7, 117-133.

Rosas, J., (2007). *Sociedade multicultural: conceitos e modelos*. Universidade do Minho

Sagatun, Inger J. (1988). *The issue of entrapment in prostitution*. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 4, 139-149.

Santos, J., (2007). *Pelas ruas da cidade: a prostituição na Baixa- Lisboa*. Centro de Investigação e estudo de sociologia (I.S.C.T.E.)

Santos, J. (2004). *Mulheres de todos...mulheres de ninguém- o submundo da prostituição feminina em contexto de rua* (dissertação de licenciatura, I.S.C.T.E., 2004)

Santos, C. (1984). *Da prostituição na cidade de Lisboa*. Publicações D. Quixote

Salas, A. (2008). *Um ano no tráfico de mulheres*. Livros d'hoje.

Silbert, M., & Pines, A. (1982). *Entrance into prostitution*. *Youth & Society*, 13, 471-500.

Silbert, M.H., & Ayala, M.P. (1981). *Occupational hazards of street prostitutes*. *Criminal Justice and Behavior*, 8, 395-399

Scoular, J. (2004). *The “subject” of prostitution*. *Feminist Theory*, 5, 343-355.

Stein, M. (1977). *Prostitution*. In J. Money & H. Murphy, Handbook of sexology (1069-1085). Elsevier (North Holland).

Tinoco, R. (1999). *Notas sobre a construção psico-social da identidade desviante em toxicodependência*. Toxicodependências, 3.

Vários. *Quem levou o meu ser? – Mulheres de Rua*, CML/ Divisão de Imprensa Municipal

Williamson, C., & Cluse-Tolar, Terry (2002). *Pimp-Controlled Prostitution: Still and Integral Part of Street Life*. Violence Against Women, 8, 1074-1092.

Winick, C. (1962). *Prostitutes “clients” perception of prostitutes and of themselves*. International Journal of Social Psychiatry, 8, 289-297.

Williamson, C., & Folaron, G. (2001). *Violence, risk, an survival strategies of street prostitution*. Western Journal of Nursing Research, 23, 463-475.

Williamson, C., & Folaron, G. (2003). *Understanding the experiences of street level prostitutes*. Qualitative Social Work, 2, 271-287.

Young, I., (1997), *Intersecting Voices: Dilemmas of Gender, Political Philosophy, and Policy*

<http://www.oninho.pt/>

<http://pt.wikipedia.org>

www.publico.clix.pt

www.who.int